



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PEDAGOGIA**

GLAUCIA BARBOSA DOS SANTOS

**DIREITOS HUMANOS E O ACESSO À CULTURA NA FAVELA:
ESTUDO DE CASO DE UMA BIBLIOTECA NA MARÉ**

RIO DE JANEIRO

2020

GLAUCIA BARBOSA DOS SANTOS

**DIREITOS HUMANOS E O ACESSO À CULTURA NA FAVELA:
ESTUDO DE CASO DE UMA BIBLIOTECA NA MARÉ**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro como parte dos requisitos necessários à obtenção de grau do curso de Licenciatura em Pedagogia.

Orientador: Profa. Dra. Libania Xavier

RIO DE JANEIRO

2020

GLAUCIA BARBOSA DOS SANTOS

DIREITOS HUMANOS E O ACESSO A CULTURA NA FAVELA:
ESTUDO DE CASO DE UMA BIBLIOTECA NA MARÉ

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro como parte dos requisitos necessários à obtenção de grau do curso de Licenciatura em Pedagogia.

Aprovada em: 10/09/2020

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dra. Libania Xavier (orientadora)

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof.^a Dra. Ana Paula de Abreu Costa de Moura (examinadora)

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof.^a Dra. Irene Giambiagi (examinadora)

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Anexo 3: Ata de defesa de monografia.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

COORDENAÇÃO DE PEDAGOGIA

ATA DA SESSÃO DE DEFESA DE MONOGRAFIA

Aos dez dias do mês de setembro de 2020, com base na Resolução CEG nº 02, de 15 de abril de 2020, reuniu-se em sessão remota, que foi gravada, a Banca Examinadora da Monografia intitulada: **‘Direitos humanos e o acesso à cultura na favela: estudo de caso de uma biblioteca na Maré.’**, de autoria do(a) graduando(a) **Glaucia Barbosa Dos Santos**, DRE 113065337 do Curso de Licenciatura em Pedagogia. A Banca, participando por videoconferência, foi constituída pelos professores: **Ana Paula de Abreu Costa de Moura**, **Irene Giambiagi** e **Libania Nacif Xavier**, esta última, na condição de orientadora e presidente da sessão. Às 14 h, a sessão foi aberta, convidando-se ao/à candidata a fazer breve exposição sobre a monografia em julgamento e concedendo-lhe o prazo máximo de 20 minutos. Finda a exposição, passou-se a palavra aos participantes da Banca Examinadora, esclarecendo-se que cada um deles dispunha de até 10 minutos para sua arguição e que o/a candidata dispunha do mesmo tempo para as respostas. Ao final da arguição, a Banca Examinadora analisou e decidiu reservadamente sobre a Monografia apresentada. A seguir, o/a presidente comunicou que a Banca Examinadora considerou a monografia **aprovada** com a nota **9,5 (nove e meio)**. O/A presidente da Banca Examinadora deu por encerrada a sessão às 15:40h. E, para constar, eu, **Libania Nacif Xavier**, lavrei a presente ata que foi assinada por mim representando todo os membros da Banca e a candidata.

Libania Nacif Xavier, (orientadora - UFRJ)

Ana Paula de Abreu Costa de Moura (UFRJ)

Irene Giambiagi (UFRJ)

Nome completo do orientador(a)

Presidente da banca

Dedico esta monografia primeiramente a Deus, que me fortaleceu em toda essa caminhada, a minha Mãe, que se sacrificou por mim e foi a única pessoa da minha família que me apoiou nos estudos e para todos aqueles que lerão e aprenderão algo com este trabalho.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à UFRJ e à Faculdade de educação por me formarem e ser mais uma professora capaz para atuar na educação do Rio de Janeiro.

Agradeço a todos os professores da Faculdade de Educação que contribuíram para o meu conhecimento e aprendizado, foram seis anos de muita luta e dedicação.

Agradeço em especial a minha orientadora, Libania Xavier, por me ajudar e acreditar na minha ideia, que me deu seu tempo e sabedoria para que essa monografia fosse realizada e a professora Regina Celi por ter me ajudado a iniciar o processo de escrita.

Agradeço à banca examinadora, a professora Irene Giambiagi e a Ana Paula Moura, que aceitaram ler e avaliar meu trabalho, pela leitura cuidadosa e pelas contribuições que elas deram para aprimorar a monografia.

Agradeço por fim à Coordenadora Luciene de Andrade e aos frequentadores da Biblioteca Popular Lima Barreto que participaram desta pesquisa sendo sujeitos fundamentais em sua construção.

A essência dos Direitos Humanos é o direito a ter direitos.

(HANNAH ARENDT)

Educação para toda criança do mundo. Sentar numa cadeira e ler livros com todas as minhas amigas é um direito meu. Ver todo ser humano com um sorriso de felicidade é o meu desejo.

(MALALA YOUSAFZA)

RESUMO

A presente monografia trata do tema dos Direitos Humanos para o acesso à cultura no Brasil, a partir da discussão das desigualdades sociais e econômicas oriundas da população de comunidades faveladas. Explora o conceito de Educação Não Formal e suas características como espaços e projetos sociais para analisar como se pode garantir o direito ao acesso à cultura por meio de espaços como as bibliotecas comunitárias e populares. O campo escolhido para a pesquisa foi a Biblioteca Popular Lima Barreto, na Maré. Para conduzir a pesquisa foi formulada a seguinte questão: Como a biblioteca está inserida na comunidade da Maré, partindo da premissa que o acesso à vida cultural é um direito para todos, não só entendendo biblioteca como espaço de cultura, mas também de educação e, principalmente, de direitos? Para nortear a análise, o estudo tem como objetivo principal o de compreender o valor da biblioteca na comunidade como bem cultural de direito e seu papel para a ampliação do horizonte cultural e educacional daqueles que dela fazem uso. Para alcançar o objetivo principal foram propostos os seguintes objetivos específicos: identificar políticas para os Direitos Humanos no Brasil em relação à educação e à cultura; compreender o que é Educação não formal e o que se pode fazer para ampliar o capital cultural dos jovens moradores da Maré através da biblioteca; conhecer como a biblioteca investigada funciona; identificar o que esse espaço representa para a comunidade (usuários). Para coleta de dados foi utilizada uma abordagem qualitativa e como instrumentos foram utilizados a pesquisa bibliográfica, a entrevista e o questionário. No decorrer da pesquisa fica nítido o valor da biblioteca em comunidades a fim de democratizar o acesso não somente a livros, mas à cultura visto que esses espaços também oferecem atividades culturais e a importância da biblioteca para melhorar o desempenho escolar e acadêmico dos usuários provenientes de condições menos favorecidas. Conclui-se que espaços como as bibliotecas comunitárias e populares podem transformar a realidade de uma comunidade, a partir de ações sociais que visem garantir a igualdade de direitos.

Palavras chave: Direitos Humanos; Cultura; Educação Não Formal; Biblioteca; Maré.

ABSTRACT

This monograph addresses the issue of Human Rights for access to culture in Brazil, based on the discussion of social and economic inequalities arising from the population of communities. It addresses the concept of non-formal education and its characteristics as spaces and social projects to analyze how the right to access culture can be guaranteed through spaces such as community and popular libraries. The field chosen for the research was the Lima Barreto Popular Library, in Maré. To conduct the research, the following question was asked: How is the library inserted in the community of Maré, based on the premise that access to cultural life is a right for all, not only understanding the library as a space of culture, but also of education and, mainly, rights? To guide the analysis, the main objective of the study is to understand the value of the library in the community as a cultural asset in law and its role in expanding the cultural and educational horizon of those who use it. To achieve the main objective, the following specific objectives were proposed: Identify policies for Human Rights in Brazil in relation to education and culture; Understand what Non-Formal Education is and what it can do to expand the cultural capital of young residents of Maré through the library; Know how the investigated library works; Identify what this space represents for the community (users). For data collection, a qualitative approach was used and as instruments the bibliographic research, the interview and the questionnaire were used. In the course of the research, the value of the library in communities is clear in order to democratize access not only to books, but to culture as these spaces also offer cultural activities and the importance of the library to improve the academic and academic performance of users coming from less favored conditions. It is concluded that spaces such as community and popular libraries can transform the reality of a community, based on social actions that aim to guarantee equal rights.

Keywords: Human rights; Culture; Non Formal Education; Library; Tide.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Principais formas de acesso aos livros no Brasil / 2015. Fonte: Retratos da Leitura no Brasil. 4ªEd. Março, 2016. P.44. 49

Figura 2: Frequência com que a população brasileira costuma ir a bibliotecas. Fonte: Retratos da Leitura no Brasil. 4ªEd. Março, 2016. P. 113. 49

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 DIREITOS HUMANOS, EDUCAÇÃO E CULTURA: HISTÓRICO E AÇÕES NO BRASIL	17
1.1 Contexto dos Direitos Humanos: Breve Histórico	17
1.2 A ONU e a Declaração Universal dos Direitos Humanos	18
1.3 Direitos Humanos no Brasil	19
1.4 Direitos Humanos na constituição de 1988 e na LDB	20
1.5 Políticas em Direitos Humanos para a educação no Brasil	22
1.6 Direitos Humanos para a cultura no Brasil	23
1.7 Direitos Humanos no Rio de Janeiro: educação e cultura	25
2 A EDUCAÇÃO NÃO FORMAL E O ACESSO À CULTURA	28
2.1 Educação formal, informal e não formal	28
2.2 O que é Educação não Formal? – conhecendo- a mais a fundo	30
2.3 O papel do pedagogo na Educação não formal	32
2.4 A Redes da Maré: entre a Educação formal e a não formal	34
3 A COMUNIDADE DAMARÉ, A ONG REDES DA MARÉ E O ACESSO À CULTURA	37
3.1 O complexo da Maré, a e Redes da Maré	37
3.2 Sobre o Capital Cultural e seus três estados	40
4 AS BIBLIOTECAS COMUNITÁRIAS E POPULARES: ESPAÇOS DE EDUCAÇÃO NÃO FORMAL	45
4.1 Bibliotecas comunitárias, públicas e populares	45
4.2 O acesso a livros e a biblioteca na Maré	51

5 ESTUDO DE CASO: A BIBLIOTECA POPULAR LIMA BARRETO NA MARÉ	55
5.1 Metodologia	55
5.2 Perfil da Biblioteca Popular Lima Barreto	55
5.3 Perfil dos usuários e frequentadores da Biblioteca Popular Lima Barreto	58
CONSIDERAÇÕES FINAIS	61
REFERÊNCIAS	63
APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO COM OS USUÁRIOS DA BIBLIOTECA	68

INTRODUÇÃO

O Brasil é um país de extrema desigualdade social, econômica e cultural. Aqui os Direitos Humanos não são respeitados em sua grande maioria, mas há iniciativas que já contribuem para a sua melhor utilização. Em 2018, fez 70 anos que a Declaração de Direitos Humanos foi criada, então é um assunto atualmente muito divulgado e discutido não só no meio acadêmico, mas nas mídias sociais. Há uma busca da democratização e universalização da educação no Brasil, porém, pouco se faz pela melhoria da qualidade, o que se agrava pela reprodução das desigualdades dentro da escola e gera o fracasso escolar. O acesso à cultura ainda é escasso e o único meio de equilibrar essa conta é a partir de projetos sociais, provenientes da educação não formal, que levam à garantia de acesso e equipara para uma melhor permanência na escola. Os espaços culturais, como as bibliotecas públicas, comunitárias e populares, são de extrema necessidade para a população de baixa renda ter garantido um dos direitos previstos na Declaração Universal dos Direitos Humanos, que é o direito ao acesso à vida cultural, às artes e à literatura. Visto que o Brasil é um país onde a leitura é pouco valorizada e disseminada, há um grande poder nesses espaços, de transformar uma realidade difícil e que não nos traz orgulho. Uma pesquisa recente feita no Brasil e mostrada no site do Jornal *O Estado de São Paulo*¹ (Retratos da leitura no Brasil) mostra que 44% da população não lê, 30% nunca comprou um livro e que a média de livros que o brasileiro lê são 4 livros por ano. Esses dados mostram a realidade de um país que tem pouco incentivo à leitura e como a maioria da população, que é de baixa renda, tem pouco acesso à cultura.

A escolha do tema junta duas questões que me instigaram saber mais sobre questões relacionadas a direitos humanos e cultura no Brasil. A primeira se remete às práticas de leitura e sua importância na vida cultural e social em nossa sociedade. E a segunda, tem relação com a perspectiva de que a cultura letrada constitui um direito, que deve ser garantido a todos, sem exceção, como demonstrarei adiante.

Eu sou uma leitora assídua e amante dos livros. Tenho uma pequena estante em casa com muitos livros que adquiri já adulta, pois quando mais nova não tinha condições de comprar livros e minha única alternativa para ter acesso aos livros era a biblioteca da escola (da qual eu era sócia). Vivo na comunidade da Maré, onde não havia acesso direto aos

¹ Disponível em: <https://cultura.estadao.com.br/blogs/babel/44-da-populacao-brasileira-nao-le-e-30-nunca-comprou-um-livro-aponta-pesquisa-retratos-da-leitura/>. Acesso em: 14 de setembro de 2018.

livros e me questionei como podemos levar o direito a ler para pessoas de baixa renda, como eu, e que não podem ter como prioridade a leitura. Na disciplina de Educação Comparada, com a professora Libania Xavier, tive a oportunidade de conhecer mais sobre os Direitos Humanos e trabalhar a questão das desigualdades no Brasil em relação a diversos temas, entre eles a desigualdade social e educacional. Lendo a declaração de Direitos Humanos, no artigo XXVII somos informados de que “todo ser humano tem direito de participar da vida cultural da comunidade” e a partir dessa afirmação me veio outro questionamento que é como garantir o acesso de pessoas da comunidade a um bem cultural (Biblioteca), sendo que esse espaço social é tão pouco valorizado na nossa sociedade. A Maré possui um jornal interno que circula na comunidade, chamado “Maré de Notícias” (também tem uma versão online chamada “Maré online”) em parceria com o projeto Redes da Maré, que tem um engajamento com a favela e dá voz aos moradores, buscando e cobrando por melhorias e transformações na comunidade, sendo uma mídia alternativa à grande mídia. Na edição de outubro de 2017 (*edição 81*)² li uma matéria que mostra importância da leitura e de como as bibliotecas estão ganhando espaço na comunidade e me dei conta de que era esse assunto, o universo dos livros e o direito que todos têm de ter acesso a eles, que eu gostaria de pesquisar na minha monografia. Na edição de maio de 2018 (*edição 88*)³, li outra matéria que mostrava os Direitos humanos e como é interessante e relevante o fato de abordarem esse assunto em livros e me questionei como podemos levar o direito a ler para pessoas de baixa renda, como eu, e que não podem ter como prioridade a leitura. Na disciplina de Educação Comparada, com a professora Libania Xavier, tive a oportunidade de conhecer mais sobre os Direitos Humanos e trabalhar a questão das desigualdades no Brasil em relação a diversos temas, entre eles a desigualdade social e educacional. Lendo a declaração de Direitos Humanos, no artigo XXVII somos informados de que “todo ser humano tem direito de participar da vida cultural da comunidade” e a partir dessa afirmação me veio outro questionamento que é como garantir o acesso de pessoas da comunidade a um bem cultural (Biblioteca), sendo que esse espaço social é tão pouco valorizado na nossa sociedade. A Maré possui um jornal interno que circula na comunidade, chamado “Maré de Notícias” (também tem uma versão online um jornal comunitário, pois a maioria dos moradores de comunidade não tem acesso

² Disponível em: <http://mareonline.com.br/mare-de-noticias/mare-de-noticias-81/>. Acesso em: 19 de outubro de 2017.

³ Disponível em: http://mareonline.com.br/wp-content/uploads/2019/09/MareDeNoticias_88.pdf. Acesso em: 19 de maio de 2018.

a informações sobre seus direitos como cidadão. A partir de todos esses fatos, me veio a motivação de falar sobre o espaço da biblioteca como espaço de Educação, Cultura, e Cidadania para proporcionar aos moradores da comunidade a garantia de seu direito ao acesso a uma vida cultural mais diversificada e, principalmente, o direito à cultura letrada.

A partir da minha motivação por esses temas, formulei o seguinte problema: como a biblioteca está inserida na comunidade da Maré, partindo da premissa que o acesso à vida cultural é um direito para todos, não só entendendo a biblioteca como espaço de cultura, mas também de educação e, principalmente, de direitos?

Para responder a esse problema, tive como objetivo principal o de compreender o valor da biblioteca na comunidade como bem cultural de direito e seu papel para a ampliação do horizonte cultural e educacional daqueles que dela fazem uso. Como objetivos específicos procurei levantar os temas pertinentes ao meu questionamento:

- 1) Identificar políticas para os Direitos Humanos no Brasil em relação à educação e à cultura;
- 2) Compreender o que é Educação não formal e o que se pode fazer para ampliar o capital cultural dos jovens moradores da Maré através da biblioteca;
- 3) Conhecer como a biblioteca investigada funciona;
- 4) Identificar o que esse espaço representa para a comunidade (usuários da biblioteca).

Para responder ao problema e alcançar meus objetivos, esta pesquisa tem uma abordagem qualitativa e a metodologia utilizada nessa monografia é o Estudo de Caso, visto que aprofundi minha pesquisa em uma das várias bibliotecas localizadas na Maré e que a princípio eu iria pesquisar três, mas fui orientada a me focar em apenas uma devido à complexidade que comparar três seria em relação ao tempo que teria para escrever a monografia. Para respeitar a triangulação exigida nas pesquisas qualitativas, utilizei as técnicas de pesquisa bibliográfica, entrevista com os responsáveis pela biblioteca e questionário com alguns usuários que frequentam a biblioteca estudada.

Como fundamentação para o presente estudo, utilizei a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão e algumas políticas nacionais de Direitos Humanos para Educação e Cultura, com vistas a debater a questão dos Direitos Humanos e o acesso à educação e à cultura no Brasil, bem como as possibilidades e iniciativas que se abrem para que os setores populares, excluídos desse direito, possam ter acesso e se apropriar do capital cultural da

cultura legítima, por meio do hábito da leitura. Do ponto de vista teórico-metodológico, a monografia se baseia nos estudos de Pierre Bourdieu, sobretudo no que se refere ao conceito de capital cultural, e de Paulo Freire tendo como base o livro “Pedagogia da Autonomia”. Em diálogo com esses autores, visei ampliar os conhecimentos sobre o direito à educação e ao papel libertador da educação e da cultura.

No que tange aos conceitos centrais, a análise se apoia nos conceitos de capital cultural e pedagogia da autonomia. Segundo Bourdieu (1998), capital cultural é toda cultura e conhecimento acumulados através da educação (livros, diplomas), porém esse Capital seria de privilegio da Classe dominante, não chegando ao acesso de toda a população. Já Paulo Freire (2014) mostra o conceito de Pedagogia da Autonomia que valoriza, através de práticas pedagógicas, a construção da autonomia do educando por meio da positivação e valorização de sua cultura. Maria da Glória Gohn também trouxe contribuições importantes ao longo da escrita da monografia para entender o conceito de Educação Não formal. Segundo Gohn (2014), a educação não formal ocorre em espaços não escolares, se caracteriza por ter uma intencionalidade e se dá através de experiências coletivas ou individuais, para formação da cidadania. A partir do que é Educação Não formal, apresento a Redes da Maré, que é uma ONG que se volta para os moradores da Maré, e destaco o papel e os objetivos esperados das bibliotecas, em geral e desta que estudei, em particular, na garantia de acesso à cultura letrada (especificamente) e na melhoria da qualidade da educação.

No primeiro capítulo fiz um breve histórico sobre Direitos Humanos (pós-guerra e no Brasil), mostrando algumas políticas de Direitos Humanos no Brasil para Educação e Cultura, analisando como estão inseridos os Direitos Humanos na Constituição de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei 9394/1996 (LDB) e analiso, ainda que brevemente, como vêm sendo tratados os Direitos Humanos no Estado do Rio de Janeiro.

No segundo capítulo apresento o conceito de Educação não formal segundo Gohn, e como esse tipo de educação auxilia no acesso à cultura (mais especificamente a cultura ligada à arte).

No terceiro capítulo apresento alguns dados sobre o complexo da Maré e a Redes da Maré para contextualizar a realidade do lugar onde foi realizada a pesquisa, mostrando o conceito de Capital Cultural de Bourdieu como base para discutir as desigualdades culturais.

No quarto capítulo apresento os diferentes tipos de bibliotecas e como essas, sendo espaços de Educação não Formal, são pouco valorizadas no Brasil.

No quinto e último capítulo mostro o estudo de caso em si sobre a Biblioteca Popular Lima Barreto na Maré, apresentando dados colhidos na pesquisa, para conhecer o ambiente e o valor dele como espaço de direito para a comunidade.

Nas considerações finais mostro uma breve retrospectiva dos principais pontos da pesquisa e as contribuições dessa para futuros estudos.

1. DIREITOS HUMANOS, EDUCAÇÃO E CULTURA: HISTÓRICO E AÇÕES NO BRASIL

Neste capítulo, será introduzido o debate sobre os Direitos Humanos, informando como se deu o processo de reconhecimento histórico dos direitos do Homem e do cidadão, mostrando a importância da Organização das Nações Unidas nesse processo. Continuarei, com as particularidades desse processo no Brasil e no Rio de Janeiro. O principal objetivo será demonstrar que o aprendizado da leitura e o acesso aos livros constitui um direito humano, juntamente com o direito à Educação formal e não formal.

1.1 CONTEXTO DOS DIREITOS HUMANOS: BREVE HISTÓRICO

Ao completar 70 anos em 2018 (o dia 10 de dezembro foi estabelecido pela ONU como Dia Internacional dos Direitos Humanos), ressurgiram diversos debates sobre a Declaração de Direitos Humanos e o que ela vem conquistando ou não ao longo dessas sete décadas. Seja em âmbito nacional ou internacional, a Declaração está sempre em pauta e evidência, porém a ideia de Direitos Humanos – ainda que com sentidos diferenciados - vem da antiguidade e passou por períodos marcantes da nossa história chegando ao século XX com força de ser finalmente redigida e implementada na sociedade contemporânea, aparentemente mais evoluída que a de seus antepassados.

Segundo Amaral e Boranga (2015), desde a Mesopotâmia, passando pela Roma Antiga, a Idade Média e Idade Moderna até chegar à segunda Guerra Mundial, ocorreram diversos conflitos entre povos que culminaram em guerras e sofrimento, porém, os três marcos históricos em que se destacam os direitos humanos foram o Iluminismo (século XVII), a Revolução Francesa (1789-1799) – quando os Direitos fundamentais da pessoa humana foram invocados - e o ponto alto, que foi justamente a ambição de um só homem, Adolf Hitler, na segunda Guerra Mundial (1939-1945), que levou a um dos maiores genocídios da humanidade – demonstrando os efeitos nefastos da negação dos Direitos Humanos a grupos e indivíduos. A destruição provocada pela Guerra e o sofrimento por ela causado levou à criação da Organização das Nações Unidas, com o objetivo de promover a cooperação entre nações e povos, seja no esforço de reconstrução dos países arrasados pela guerra, seja nos esforços de manutenção da paz, levando, também, à reafirmação da Declaração dos Direitos Humanos, em 1948. Até o fim da Segunda Guerra Mundial, o

Estado era soberano e o povo não tinha força nem voz, porém voltemos ao princípio do que é considerado Direitos Humanos.

Direitos Humanos seria um conjunto de direitos que levam ao respeito da vida humana e garantem a igualdade, assegurando os valores de um determinado período histórico. que garante ao cidadão o poder de agir ativamente na sociedade. Nela há uma luta constante pela democracia e igualdade, princípios que também norteiam os direitos humanos. Os documentos que afirmam os direitos individuais, como a Carta Magna (1215), a Petição de Direito (1628), a Constituição dos Estados Unidos (1787), a Declaração Francesa dos Direitos do Homem e do Cidadão (1789), e a Declaração dos Direitos dos Estados Unidos (1791) são os pioneiros escritos para muitos dos documentos de direitos humanos atuais. A partir da Segunda Guerra Mundial - que trouxe de herança da primeira guerra mundial o tratado de paz de Versalhes em 1919, a OIT (Organização Internacional do Trabalho) e a Liga das Nações que seria o primórdio da ONU -, o planeta ficou dividido entre Capitalismo (EUA) e Socialismo (Rússia) e enfrentava uma grave crise econômica e política.

1.2 A ONU E A DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS

Segundo o site das *Nações Unidas*⁴, fundada por 51 países, entre eles o Brasil, a ONU conta com mais de 180 países membros. O prédio das Nações Unidas se encontra em Nova York, possui diversos organismos, órgãos e agências especializadas que atuam em áreas específicas ao redor do mundo e seu financiamento acontece por meio de doações feitas pelos países membros. Com a criação da Organização das Nações Unidas, em 1945, houve uma maior preocupação com os direitos individuais e as questões da humanidade. O Sistema Global de proteção dos Direitos Humanos surgiu para efetivar e garantir esses direitos por meio de tratados, vinculando os países. Dentre os tratados, podemos citar o pacto internacional dos direitos civis e políticos, pacto internacional dos direitos econômicos, sociais e culturais, convenção sobre os direitos da criança, dentre outros. Em relação às instituições, são estas o conselho de Direitos Humanos e o Comitê de Direitos Humanos. O primeiro passo dado pela ONU foi a carta da ONU (também conhecida como Carta do Atlântico e Carta de São Francisco) em 1945, que já evidenciava a proteção aos Direitos Humanos. Para a ONU, para um Estado ser democrático, este “deve respeitar os

⁴ Disponível em: <https://nacoesunidas.org/>. Acesso em: 26 de junho de 2019.

princípios que garantem a prevalência dos direitos humanos”. O Estado não é mais o único ator, o instituto da soberania é flexível e o Direito Internacional dos Direitos Humanos emerge.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos é um documento elaborado por representantes do mundo todo e foi proclamada em Paris em 10 de dezembro de 1948, pela Assembleia Geral das Nações Unidas. É traduzida para mais de 500 idiomas. A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) inspira a constituição de muitos países e programas e projetos de ação social, e abriu as portas para o debate dos direitos individuais e coletivos em nossa sociedade. Não é um documento obrigatório legalmente, mas caso um país signatário venha a descumpri-la pode sofrer sanções. É também um objeto de estudo e pesquisa de filósofos, sociólogos, etc. que buscam compreender seu real significado.

1.3 DIREITOS HUMANOS NO BRASIL

Segundo o site das *Nações Unidas Brasil*⁵, a ONU se encontra aqui desde 1947 e está representada por agências especializadas, fundos e programas que desenvolvem suas atividades em função de seus mandatos específicos. O trabalho é coordenado junto com o Governo (tanto em nível federal como estadual e municipal, com a iniciativa privada, instituições de ensino, ONGs e sociedade civil brasileira). A maioria dos organismos da ONU no Brasil tem sede em Brasília, porém existem outros com sedes no Rio de Janeiro e em Salvador. Pouco mais de 1.100 funcionários trabalham no Sistema ONU no Brasil, sendo 138 internacionais (dados de outubro de 2016). No Brasil, os direitos humanos são garantidos na Constituição Federal de 1988, que garante os direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais dos nossos cidadãos. Essas garantias aparecem logo no primeiro artigo, onde é estabelecido o princípio da cidadania, da dignidade da pessoa humana e os valores sociais do trabalho. Já no artigo 5º é estabelecido o direito à vida, à privacidade, à igualdade, à liberdade e outros importantes direitos fundamentais, sejam eles individuais ou coletivos. Segundo o site *politize*⁶, as constituições brasileiras já vinham com princípios de direitos civis e políticos que foram aos poucos sendo garantidos a cada nova constituição (direito ao voto, direito ao trabalho, direito à liberdade religiosa). Durante

⁵ Disponível em: <https://nacoesunidas.org/>. Acesso em: 26 de junho de 2019.

⁶ Disponível em: <https://www.politize.com.br/direitos-humanos-no-brasil/>. Acesso em: 26 de junho de 2019.

o Regime Militar, que durou de 1964 a 1985, houve um período de conflitos para os Direitos Humanos no Brasil, que ficou marcado pelo centralismo, autoritarismo e repressão. Em 2012, Comissão Nacional da Verdade foi criada com o objetivo de investigar as violações contra os direitos humanos durante esse período. Atualmente, os Direitos Humanos são tratados pelo Governo Federal como uma política pública, porém apesar das leis e políticas “bem feitas” há muitas falhas nas ações e execuções delas, o que deixa o país em um constante estado de violação de direitos humanos.

Em relação à educação, segundo o site das *Nações Unidas*⁷, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) foi criada em 1945 com o objetivo de garantir a cooperação intelectual entre as nações e atuar nas áreas de Educação, Ciências Naturais, Ciências Humanas e Sociais, Cultura e Comunicação e Informação. No Brasil, a UNESCO chegou em 1964 com o objetivo de promover uma educação de qualidade e desenvolvimento humano a todos. Desenvolve projetos em parceria com o Governo e formula políticas públicas de acordo com as metas dos Estados. Na área de Educação, a UNESCO auxilia os países a atingir as metas de educação com ações, acompanhamento e apoio. Na área de Cultura a UNESCO elabora e promove ações de proteção e estímulo no âmbito cultural, sendo que no Brasil atua em cooperação com as autoridades e instituições para a preservação do patrimônio cultural e a promoção da diversidade cultural do país.

1.4 DIREITOS HUMANOS NA CONSTITUIÇÃO DE 1988 E NA LBD

No Brasil, a Constituição de 1988 tem como base os artigos da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Segundo o site *DEDIHC*⁸ (Departamento de Direitos Humanos e Cidadania), quando se trata da instrução, a Declaração aponta no artigo XXVI que “Todo homem tem direito a instrução” o que corresponde na Constituição ao artigo 205 a “Educação é direito de todos e dever do Estado”. Quanto à cultura, a Declaração menciona no artigo XXVII que “Todo homem tem o direito de participar livremente da vida cultural da comunidade” ao que corresponde no artigo 215 da Constituição “O Estado garantirá a

⁷ Disponível em: <https://nacoesunidas.org/agencia/unesco/>. Acesso em: 26 de junho de 2019.

⁸ Disponível em: <http://www.dedihc.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=60>. Acesso em: 26 de junho de 2019.

todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional”. A Constituição de 1988 e a Declaração dos Direitos Humanos usam os termos Educação e Instrução respectivamente, porém os termos, por mais que tenham similaridades, possuem significados diferentes. Educação, segundo o site *Educare*⁹, significa chegar a outro nível (pleno desenvolvimento das faculdades), já Instrução significa aquisição de qualidades e virtudes (conhecimentos). Tanto a escola como a família podem desempenhar os dois papéis, entretanto nem sempre os dois conceitos conseguem ser bem executados, tendo que a escola geralmente é colocada como lugar de instrução, mas também deveria desempenhar um papel educativo, não se reduzindo a um espaço de transmissão de conteúdos, ao contemplar os alunos como sujeitos capazes em sua totalidade. Já para a família se dá o papel exclusivo de educar isentando a escola de exercer também esse papel, que na maioria das vezes fica restrita de abordar assuntos importantes da vida devido a polêmicas e “proibições” do que é considerado certo ou não se ensinar na escola.

Para alguns filósofos a educação é uma preparação para vida e corresponde às necessidades do ser humano de forma geral e eterna, ou seja, é um processo, uma construção contínua e permanente. Para outros, a Educação é um fenômeno histórico-social com influências em toda uma sociedade. De forma geral, a diferença entre Educação e Instrução é basicamente que a educação ajuda na formação integral do ser humano (capacidades físicas, intelectuais e emocionais) enquanto a instrução ajuda na formação cognitiva visando uma dimensão acadêmica/profissional.

Segundo o site *JusBrasil*,¹⁰ em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) foi promulgada para regulamentar o sistema educacional brasileiro (público e privado), tendo como base a Constituição Federal de 1988. Nela, está reforçado o direito a toda a população de ter acesso à educação gratuita e de qualidade, em regime de colaboração, entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios. Com a criação em 2017 da nova versão da Base Nacional Comum Curricular, foram retirados termos como “orientação sexual” e “identidade de gênero”, o que gerou polêmicas e debates sobre a inclusão dos direitos humanos na LDB. Segundo o site *Mobilizadores*¹¹, o Projeto de Lei 256/2011, criado pelo

⁹ Disponível em: <https://www.educare.pt/testemunhos/artigo/ver/?id=12676&langid=1>. Acesso em: 26 de junho de 2019.

¹⁰ Disponível em: <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/109224/lei-de-diretrizes-e-bases-lei-9394-96>. Acesso em: 26 de junho de 2019.

¹¹ Disponível em: <http://www.mobilizadores.org.br/noticias/avanca-projeto-que-inclui-direitos-humanos-na-ldb-da-educacao>. Acesso em: 26 de junho de 2019.

deputado Arnaldo Jordy (PPS/PA), já tinha o intuito de deixar explícito no documento da LDB os valores e conceitos acerca dos Direitos Humanos para se garantir sua difusão e a prática da cidadania e democracia no ensino. O artigo 26 parágrafo 9 da LDB mostra que “Conteúdos relativos aos direitos humanos e à prevenção de todas as formas de violência contra a criança e o adolescente serão incluídos, como temas transversais, nos currículos escolares”. Para o deputado, os Direitos Humanos são vistos com preconceito no Brasil devido à cultura e história do país.

1.5 POLÍTICAS EM DIREITOS HUMANOS PARA A EDUCAÇÃO NO BRASIL

Segundo o site *Terra de Direitos*,¹² em 1996, o Governo criou o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH) para defesa e promoção dos direitos mediante um diagnóstico no país. O programa tinha como objetivos principais identificar obstáculos à promoção e defesa dos direitos, execução de medidas para promover esses direitos, implementação de atos e declarações internacionais, com a adesão brasileira, entre outros. Era um documento incentivador e apoiador. Devido a diversas críticas, em 2002 foi construído o PNDH II, que inclui os direitos sociais, econômicos e culturais e prevê a articulação com políticas públicas. Sendo uma política de Estado e não de Governo houve dificuldades na sua continuação devido a cortes e falta de atualizações. Em 2010, a partir de uma construção democrática, o PNDH III concebe a efetivação dos direitos humanos como uma política de Estado, centrada na dignidade da pessoa humana e na criação de oportunidades para que todos e todas possam desenvolver seu potencial de forma livre, autônoma e plena. A universalização dos direitos frente às desigualdades foi o ponto central desse documento. O PNDH III mostrou avanços em relação aos antecessores, porém com o desafio de se transformar de uma política de Governo para uma política de Estado.

Segundo o site do *MEC*¹³, O Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH), elaborado em 2003 pelo Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos, em colaboração com o Ministério da Educação, o Ministério da Justiça, a Secretaria Especial dos Direitos Humanos e a UNESCO/Brasil, é uma política pública para consolidar

¹² Disponível em: https://terradedireitos.org.br/wp-content/uploads/2010/05/Artigo-PNDH-Programa-Nacional-de-DH_-efetivar-direitos-e-combater-as-desigualdades.pdf. Acesso em: 26 de junho de 2019.

¹³ Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=2191-plano-nacional-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 26 de junho de 2019.

a construção de uma sociedade democrática e cidadã, baseado numa cultura de respeito às diversidades e igualdade de oportunidades. O documento estabelece concepções, princípios, objetivos, diretrizes e linhas de ação, contemplando cinco grandes eixos de atuação: Educação Básica; Educação Superior; Educação Não-Formal; Educação dos Profissionais dos Sistemas de Justiça e Segurança Pública e Educação e Mídia. Visto que há uma falta da Educação Não-Formal na LDB, o PNEDH abrange muito mais esferas da educação tendo a consciência que a escola não é o único espaço de aprendizado.

Segundo o site do *MEC*,¹⁴ As Diretrizes Nacionais Curriculares para a Educação em Direitos Humanos (DNEDH) foi criada em 2012 a partir de reuniões da comissão do Conselho Nacional de Educação e mostra os parâmetros para nortear profissionais em educação e instituições com o objetivo de conscientizar para uma educação formadora de cidadania e democracia. A gestão se mostra muito importante no documento, visto que é um dos pontos de partida para desenvolver uma escola democrática. Os profissionais devem ter conhecimentos sobre a cultura dos Direitos Humanos para então fazerem uma leitura crítica da realidade de suas escolas. Uma das concepções é a educação para a transformação social e o documento apresenta conceitos de alguns teóricos importantes como Paulo Freire, Vera Maria Candau, entre outros.

1.6 DIREITOS HUMANOS PARA A CULTURA NO BRASIL

Segundo o site da *UNESCO*¹⁵, em 2001 foi criada a Declaração Universal sobre diversidade cultural que preconiza a difusão da cultura, a educação para a humanidade e a valorização das línguas, artes e do povo, assim como na Declaração Universal dos Direitos Humanos no artigo XXVII, que menciona “Todo ser humano tem o direito de participar livremente da vida cultural da comunidade, de fruir das artes e de participar do progresso científico e de seus benefícios”. A Declaração enfatiza a identidade e a diversidade como pontos principais de seus artigos. O Brasil é reconhecido por sua diversidade cultural, diferenças climáticas, econômicas, sociais e culturais entre as suas regiões. Segundo o site

¹⁴Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=32131-educacao-dh-diretrizesnacionais-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 28 de junho de 2019.

¹⁵Disponível em: http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/CLT/diversity/pdf/declaration_cultural_diversity_pt.pdf. Acesso em: 01 de julho de 2019.

*Repositório*¹⁶, as políticas públicas no Brasil começaram pela criação do Departamento de Cultura de São Paulo em 1935, passando pelo governo Vargas e pela Ditadura Militar até a criação do Ministério da Cultura na década de 80 (recentemente extinto e transformado em secretaria). Os recursos para a cultura no Brasil ficaram cada vez mais escassos ao longo desses períodos.

Segundo o site de *Cultura do Governo*¹⁷, atualmente a Secretaria Especial da Cultura é responsável pela formulação das políticas de fomento e incentivo à cultura. A Lei de Incentivo à Cultura contribui para que milhares de projetos culturais aconteçam, em todas as regiões do país. O Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac), criado em 1991 (Lei 8.313), se tornou responsável por captar e canalizar recursos para o setor. O Fundo Nacional da Cultura (FNC), garante a oferta de apoio financeiro. O apoio a festivais culturais, obras, reformas e o fornecimento de equipamentos a espaços culturais, entre outros, pode ser conquistado por meio de emendas parlamentares. Os sítios históricos urbanos protegidos pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), vinculado ao Ministério da Cidadania, também podem contar com o apoio do PAC Cidades Históricas. O programa preserva o patrimônio brasileiro, valoriza a cultura nacional e promove o desenvolvimento econômico e social em 44 cidades brasileiras. Com o Plano Nacional de Cultura (PNC) criado em 2010 foi possível reunir um conjunto de ações e metas que orientam na formulação de políticas culturais. Seu objetivo é orientar o desenvolvimento de programas, projetos e ações culturais que garantam a valorização, o reconhecimento, a promoção e a preservação da diversidade cultural no Brasil.

A Política Nacional de Cultura Viva (PNCV) instituída a partir da Lei nº 13.018/2014 é resultado do Programa Cultura Viva criado em 2004. Dimensiona-se a partir da cultura de base comunitária e tem por objetivo estimular o protagonismo social na elaboração e na gestão das políticas públicas da cultura, estimulando iniciativas culturais já existentes. Destina-se especialmente a grupos, comunidades e populações que estão em situação de vulnerabilidade social, com reduzido acesso aos meios de produção, fruição e difusão de sua cultura, e que demandam maior reconhecimento de seus direitos humanos, sociais e culturais. É uma política de Estado, com gestão pela Secretaria Especial da Cultura em parceria com governos estaduais, municipais e outras instituições da sociedade

¹⁶Disponível

<http://www.repositorio.ufba.br:8080/ri/bitstream/ufba/138/4/Políticas%20culturais%20no%20Brasil.pdf>. Acesso em: 01 de julho de 2019.

¹⁷ Disponível em: <http://cultura.gov.br/>. Acesso em: 01 de julho de 2019.

civil que articula, capacita e fomenta os chamados “pontos de cultura”, que são coletivos, que desenvolvem as atividades culturais em comunidades.

1.7 DIREITOS HUMANOS NO RIO DE JANEIRO: EDUCAÇÃO E CULTURA

Segundo o site da *Prefeitura do Rio*¹⁸, existem atualmente 1.540 unidades de atendimento de educação com um total de 644.389 alunos e 38.585 professores. Segundo o site G1.com, o desempenho dos alunos da Educação Básica no Estado do Rio piorou em 2016 e 2017 em disciplinas como português e matemática. Esse desempenho ruim é maior na rede pública de ensino. Esses dados revelam a falta da qualidade de ensino no Estado, porém a Secretaria de Educação do Rio liga esse desempenho ruim à greve de 2016. O site *QEdu*¹⁹ mostra um panorama mais completo da real situação da educação no Rio. Segundo o site, que tem como fonte a Prova Brasil 2017, o Rio tem 57% de alunos com aprendizado adequado em português até o 5º ano contra 56% em todo o Brasil. Já em relação com matemática o Rio fica atrás com 43% contra 44% em todo o Brasil. No 9º em português o Rio ficou com 35% contra 34% em relação à média nacional e em matemática há um empate de 15%. Quando comparamos a notícia do G1 com o *QEdu* vemos uma contradição, pois os dados desse último revelam uma situação estável e com uma pequena evolução dos anos de 2015 para 2017 em português e matemática do 5º e 9º ano. Esses dados geram uma reflexão: cadê o direito à educação gratuita e de qualidade previsto na Constituição e na LDB? Esses dados estão muito abaixo das metas que precisam ser atingidas e dos “investimentos” que são colocados na educação básica através do Fundeb, tanto no Estado como na média nacional, o que revela pouco incentivo do governo e um descaso em relação ao acesso à educação gratuita e de qualidade em todo o Brasil.

Em relação à cultura, no Rio há Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Rio de Janeiro (SECEC-RJ), que segundo o site de *Cultura do Rio*,²⁰ tem como objetivo fortalecer as atividades culturais para o desenvolvimento do Estado. Em 2015 se instituiu o Sistema Estadual de Cultura do Estado do Rio de Janeiro, o Programa Estadual de Fomento e Incentivo à Cultura, que apresenta como anexo único as diretrizes e estratégias do Plano

¹⁸ Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/web/sme/educacao-em-numeros>. Acesso em: 01 de julho de 2019.

¹⁹ Disponível em: <https://www.qedu.org.br/estado/119-rio-de-janeiro/aprendizado>. Acesso em: 01 de julho de 2019.

²⁰ Disponível em: <http://cultura.rj.gov.br/>. Acesso em: 01 de julho de 2019.

Estadual de Cultura. Em 2019 se estabeleceu o recebimento de projetos culturais. Há uma comissão responsável pela avaliação de projetos culturais junto à Superintendência da Lei de Incentivo que quando aprovados seguirá para o diário oficial do Rio.

Uma de suas assessorias (leitura e conhecimento) é responsável pela política de leitura e literatura para todo o Estado do Rio de Janeiro e tem como objetivo facilitar o acesso e a difusão da literatura. A SLC (Superintendência de Leitura e Conhecimento) presta assessoria às Bibliotecas Públicas, Bibliotecas Comunitárias, Pontos de Leitura e Pontinhos de Cultura (Brinquedotecas) no Estado. A SLC tem como base o Plano Estadual de Livro, Leitura, Literatura e Biblioteca – PELLB/RJ, aprovado em 10 de dezembro de 2018, tem a finalidade de desenvolver e assegurar estratégias e políticas públicas de democratização do acesso ao livro, à leitura e à escrita, planejamento, apoio e articulação para a execução de ações voltadas para o fomento da produção e circulação do livro, da leitura e da literatura no Estado do Rio de Janeiro. Sua atuação está ligada às políticas públicas, órgãos relacionados às áreas existentes e orientado pelas metas estabelecidas no Plano Nacional de Livro e Leitura (PNLL), Política Nacional de Leitura e Escrita (PNLE), Plano Estadual de Livro e Leitura do Estado do Rio de Janeiro, Plano Nacional de Cultura (PNC) e também nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas (ODS). A SLC lançou em 2019 o Programa “Juntos Pela Leitura”, com o objetivo de democratizar o acesso à leitura e estimular e difundir a cultura literária no Estado do Rio de Janeiro.

A violência é uma questão complexa no Estado do Rio. O site do Instituto de Segurança Pública do Rio (*IPS-RJ*)²¹ criado em 1999 analisa dados em relação à segurança pública do Estado. Sua missão é produzir informações e pesquisas a fim de influenciar e subsidiar a implementação de políticas públicas de segurança, assegurar a participação social na construção dessas políticas para que haja uma redução nos crimes. Segundo o site *G1.com*²², que mostra dados do IPS, as mortes violentas no Rio diminuíram no mês de março de 2019 em relação ao mesmo mês em 2018, porém as mortes em operações policiais aumentaram no mesmo período. Há também diminuição nos índices de roubo. A violência é um fator que influencia na educação e cultura do Estado visto que a população

²¹ Disponível em: <http://www.isp.rj.gov.br/>. Acesso em: 01 de julho de 2019.

²² Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/04/18/dados-do-isp-mostram-que-mortes-violentas-caem-no-rj-mortes-em-operacoes-policiais-cresceram-em-marco.ghtml>. Acesso em: 01 de julho de 2019.

não se sente segura para transitar pela cidade, o que impacta de forma negativa no cotidiano do povo carioca.

Para a defesa dos Direitos Humanos, o Rio de Janeiro conta com a Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania, que segundo o site da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro – *Alerj*²³ tem como objetivo tratar de assuntos pertinentes ao ser humano, acompanhando ações e programas e agindo contra violações aos direitos humanos, dialogando com a sociedade civil e órgãos governamentais. São 15 comissões que abordam diferentes áreas (meio ambiente, animais, consumidor, etc.). A comissão de Educação cuida dos assuntos relacionados ao sistema educacional, debatendo sobre todas as etapas de ensino e ouvindo denúncias. A Comissão tem como prioridade sua ação fiscalizadora do Poder Executivo no cumprimento das políticas públicas de educação do Estado do Rio de Janeiro.

Por entender que a questão educacional é complexa e engloba diferentes modalidades de ensino, modelos educativos e objetivos, é que estruturamos o capítulo de modo a esclarecer os sentidos dos termos Educação formal e não formal e articular os projetos de educação com o direito de acesso à cultura letrada e à cidadania, no bairro da Maré.

²³ Disponível em: <https://www.aloalerj.rj.gov.br/comissoes/direitoshumanos>. Acesso em: 01 de julho de 2019.

2. A EDUCAÇÃO NÃO FORMAL E O ACESSO À CULTURA

No presente capítulo, o objetivo foi o de definir os conceitos de Educação formal e não formal, assim como compreender o papel do pedagogo que atua na Educação não formal. Ao final, fica demonstrado como a biblioteca que tomei como estudo de caso se articula com ambas. Para tanto, tive como base teórica primordial os estudos de Maria da Glória Gohn.

2.1 EDUCAÇÃO FORMAL, INFORMAL E NÃO FORMAL

Segundo o site do *Planalto*²⁴, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), nº 9.394/96 em seu primeiro artigo, nos apresenta uma definição ampla de educação, ao afirmar que “a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais”. Porém, ainda que entenda a educação em sua acepção ampla, a LDB é um documento que prioriza a educação escolar, ou seja, a Educação formal.

O site do dicionário *Michaelis*²⁵, entre outros significados, define a educação como o “processo que visa ao desenvolvimento físico, intelectual e moral do ser humano, através da aplicação de métodos próprios, com o intuito de assegurar-lhe a integração social e a formação da cidadania”. A educação seria um processo adquirido através de métodos a fim de obter uma formação integral. Por formação integral, entenda-se o cultivo de hábitos sadios, o desenvolvimento das capacidades cognitivas, artísticas e sociais, bem como o conhecimento dos direitos humanos e políticos que cabem a cada um e à sociedade cultivar.

Para Brandão (2007) a educação está presente no cotidiano e se manifesta em diferentes espaços e de diferentes formas. Para ele, quando a educação se transformou em ensino, tornando-se formal e institucionalizada, ocorreu, simultaneamente, a divisão do saber e a legitimação das desigualdades, visto que a sociedade se divide em hierarquias e o saber passa a ser dividido também conforme os interesses sociais.

²⁴ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm. Acesso em: 07 de setembro de 19.

²⁵ Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=educa%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 07 de setembro de 19.

Portanto, o conceito de educação tem múltiplas interpretações, mas é em suma um processo contínuo, que não tem a escola como espaço único, ou exclusivo, mas ocorre também em outros espaços sociais e não depende apenas de um professor para acontecer. Há diferentes formas de se educar e hoje em dia a internet amplia a visão de educação, já que é um instrumento que auxilia e dinamiza esse processo. Apesar de tudo, porém, a escola e o professor permanecem sendo vistos pelo senso comum como a única e legítima forma de aprender e se desprezam as outras formas que existem, tornando a Educação formal o “único” meio de se obter aprendizado. Mas será que existem diferenças entre os tipos de educação?

A Educação formal é aquela que ocorre nos sistemas de ensino tradicionais e se caracteriza por um espaço determinado (escola), regido por leis e normas, possui métodos intencionais e conteúdos planejados conforme um currículo, garantindo certificados e diplomas ao final.

A Educação informal ou não formal, segundo Gohn (2014), ocorre no processo de socialização no meio em que vivemos (família, igreja, clube) e carrega valores e sentimentos próprios, podendo ter ou não intencionalidade. É um processo livre e os agentes educadores são múltiplos. Assim, esta não se limita a apenas um espaço, ocorrendo nas vivências e experiências diárias. Não podemos confundir a Educação não formal com a Educação popular, sendo que essa última tem um conceito diferente. A Educação popular se define por adotar um método de educação que valoriza os saberes prévios do educando e suas realidades culturais na construção de novos saberes.

Já a educação não formal, segundo Gohn:

É um processo sociopolítico, cultural e pedagógico de formação para a cidadania, entendendo o político como a formação do indivíduo para interagir com o outro em sociedade. Ela designa um conjunto de práticas socioculturais de aprendizagem e produção de saberes, que envolve organizações/instituições, atividades, meios e formas variadas, assim como uma multiplicidade de programas e projetos sociais. (GOHN, 2014, p. 40)

A Educação não formal abrange experiências coletivas ou individuais em espaços sociais fora da escola que visa à formação para a cidadania, de uma forma flexível e autônoma para o sujeito que aprende. Para Gohn (2014), a escola é um espaço “instrucionista” e de adestramento da aprendizagem e a educação não formal simboliza um cenário de pertencimento para os indivíduos e grupos envolvidos.

2.2 O QUE É EDUCAÇÃO NÃO FORMAL? – CONHECENDO-A MAIS A FUNDO

Como foi visto no item anterior, a Educação não formal abrange uma educação geral (pode se aprender sobre qualquer assunto), fora do espaço escolar, porém tem intencionalidade e objetivos estabelecidos.

Para Gohn (2014), a escola tradicional não basta, sendo que nesse mundo globalizado há novos saberes que são produzidos e postos em circulação todo dia e que a escola formal é restrita. Na visão da autora, a escola se tornou um espaço limitado e obsoleto frente a um mundo cada vez mais interconectado pelas mídias e redes sociais e que valoriza a autonomia e a flexibilidade. Para a autora, a educação não formal se aprende “no mundo da vida”, através de experiências compartilhadas com a finalidade de se construir cidadãos conscientes de seus direitos, além de capacitá-los para o trabalho e ações sociais.

Há muito preconceito em relação a esse tipo de educação pela população e pela mídia, não sendo totalmente reconhecida e valorizada pelas políticas públicas. Muitas vezes, a Educação não formal é vista como complementar a Educação formal, mas segundo a autora deve haver articulação entre as duas, sendo a Educação não formal potencializadora da outra, não substituindo a escola nem sendo apenas uma coadjuvante no processo de ensino e aprendizagem. Ela mostra uma perspectiva formadora e transformadora para o cenário educacional ao atribuir valores para uma nova visão social. De acordo com esta autora (GOHN, 2014, p. 46), não seria correto entender a Educação não formal nem como contraponto à escola ou ao sistema escolar; tampouco vê-la como simples complemento/reforço das atividades escolares. Isto porque a Educação não formal tem natureza, campo e especificidade próprios.

Então, para a Educação não formal ganhar espaço e reconhecimento, a autora enfatiza a superação da ideia de Educação não formal como complementação, sendo que ela tem uma dimensão educadora que ultrapassa os processos sistemáticos da escola, ou seja, não fica presa aos conteúdos, currículos e métodos tradicionais e de caráter meramente instrucional. Ela ocorre em meio à vida, nos debates e experiências de um grupo, gerando reflexões e questionamentos sobre temas do meio social e possibilitando ações sobre problemas da realidade. Acrescenta, ainda, que

A Educação não formal poderá ocorrer tanto em espaços urbanos como rurais; tanto em espaços institucionalizados (no interior de um conselho gestor, por exemplo), como no interior de um movimento social, entre aqueles que lá estão participando e reivindicando, e vão aprender algo sobre um dado tema – quem são os opositores, os encaminhamentos necessários; como poderá ocorrer ainda em outros espaços sociopolíticos, como nas ONGs, nos museus, etc. Ou seja, a educação não formal é um processo de aprendizagem, não uma estrutura simbólica edificada e corporificada em um prédio ou numa instituição; ela ocorre via o diálogo tematizado. (GOHN, 2014, p. 44)

Outro autor que estudou sobre a questão da Educação não formal foi Moacyr Gadotti (2005). Ele enfatiza o direito à educação, mas sobretudo a aprender. Para ele, a educação atualmente virou mercadoria e a educação pública, que deveria ser um investimento, se tornou despesa. Ele, assim como Gohn, aborda a questão da Educação não formal ser vista em oposição à Educação formal, porém ele reafirma a especificidade daquela, ressaltando que,

Educação não normal é mais difusa, menos hierárquica e menos burocrática. Os programas de Educação não formal não precisam necessariamente seguir um sistema sequencial e hierárquico de “progressão”. Podem ter duração variável, e podem, ou não, conceder certificados de aprendizagem. (GADOTTI, 2005, p.2)

Para o autor, na Educação não formal o tempo e o espaço são flexíveis, e há uma organização e intencionalidade. Está associada ao conceito de cultura e cidadania, visando formar cidadãos conscientes politicamente e participativos na sociedade. Há de se harmonizar a Educação não formal com a Educação formal, conhecendo a potencialidade de cada uma, a fim de se obter benefícios das duas. Ele aborda a questão da importância de se conhecer a cidade, onde há culturas e diversidade, sendo um espaço real de aprendizagem.

Assim como Gohn, nós defendemos a importância da Educação não formal, sem desvalorizar ou substituir a escola, considerando que esta pode se tornar um instrumento de contribuição a esta e uma alternativa para reforçar a aprendizagem, garantindo melhor condição de acesso ao direito à educação.

Cortella (2006) também faz sua contribuição a esse debate sobre a Educação não formal. Para o autor, ela não deve ser tratada como um conceito inferior e nem tampouco superior, acrescentamos nós, ao da Educação formal. Há de se pensar no Brasil como um país carente de cidadania plena e a Educação não formal contribuiria para sua construção, não somente a cidadania em si, também a paz e a justiça:

Ora, como Educação não é sinônimo de escola, dado que esta é parte daquela, tudo o que se expande para além da formalização escolar é território educativo a ser operado. Ademais, se essa operação compartilhante na Educação não-formal pretende a consolidação de uma sociedade com convivência justa e equânime, a cidadania em paz é o horizonte. (CORTELLA, 2006, p.47)

Para Cortella (2006), “a Educação formal (especialmente em sua versão escolar) é necessária, contudo não suficiente; o contrário vale também”. A Educação formal e a não formal devem ser comprometidas com a construção da cidadania, não importando os meios utilizados, porém visando o mesmo objetivo, que é levar conhecimentos capazes de impactar a aprendizagem de forma real e significativa. A escola que, embora não possa, por si só, resolver as desigualdades sociais, é possível ampliar as condições de inclusão social, ao possibilitar o acesso à Ciência, à Tecnologia, à cultura e ao trabalho.

A Educação formal dialoga com o não formal à medida que ambas proporcionem uma troca de saberes tal que o papel de uma não interfira na outra mais sim haja um engajamento e uma complementação que contribuam para uma interação tanto social como educacional. A escola (Educação formal), através de atividades, interage com projetos/ONGS (Educação não formal) e esta oferece espaços, educadores e a comunidade local também podem participar, havendo assim o diálogo e a interação entre as duas esferas e a importância de se articular as realidades local e regional com os conteúdos escolares, visando a qualidade social.

2.3.O PAPEL DO PEDAGOGO NA EDUCAÇÃO NÃO FORMAL

Como já vimos, o processo de ensino e aprendizagem acontece em diferentes espaços: o formal e o não formal. O espaço formal ocorre em instituições escolares definidas por lei, o processo de aprendizagem ocorre de forma linear, entre professor e aluno. O papel do professor/pedagogo na educação formal é preparar, organizar, sistematizar e mediar os processos de ensino e aprendizagem, a partir de diretrizes curriculares. O campo de atuação do pedagogo compreende a Educação Infantil, os anos iniciais do Ensino Fundamental, as disciplinas Pedagógicas, a Gestão Escolar, além de estar apto a atuar em experiências educativas não formais, como por exemplo, em ONGs,

Penitenciárias, Hospitais, Empresas etc. Segundo Gohn (2009), é dos poucos espaços que oferece vagas para profissionais na área da educação.

Educação não formal está muito associada à ideia de cultural. A educação não formal desenvolvida em ONGs e outras instituições é um setor em construção, mas constitui um dos poucos espaços do mercado de trabalho com vagas para os profissionais da área da Educação. (GOHN, 2009, p.32)

O espaço informal, onde ocorre a educação não formal, se caracteriza por espaços sociais (rua, casas, clube, igreja, museu, biblioteca) que exercem certa influência sociocultural e a aprendizagem acontece através das interações e relações entre os sujeitos.

A educação não formal seria a realizada em instituições educativas fora dos marcos, institucionais, [...]. A educação formal compreenderia instâncias de formação, escolares ou não, onde há objetivos educativos explícitos e uma ação intencional institucionalizada, estruturada, sistemática. (LIBÂNEO, 2001, p. 23).

A atuação do pedagogo em espaços não formais de aprendizagem envolve observação e ética, assim como uma intervenção competente e significativa, baseada nas necessidades educativas percebidas e/ou relatadas e deve contribuir para o processo de inclusão social, enfrentando os desafios que a realidade do mundo atual impõem, porém, segundo Gohn (2009), há problemas sendo enfrentados:

Fica claro também as carências na formação do educador que atua nos projetos, a necessidade da sistematização das metodologias pedagógicas utilizadas, a não continuidade das ações e a dificuldade de apoio às práticas desenvolvidas. (GOHN, 2009, p.28)

Na Educação não formal, o pedagogo atua em diferentes esferas e atividades educacionais, sociais e culturais. Ele trabalha de forma intencional e interventiva, dialogando de forma questionadora e problematizando questões sociais importantes, contribuindo assim para a construção da cidadania dos sujeitos.

Para Gohn (2009), na Educação não formal, o educador social (não é necessário ter uma formação específica na área, sendo a profissão geralmente exercida por pedagogos, assistentes sociais, psicólogos e líderes comunitários) exerce um papel ativo e interativo, de forma a sempre desafiar os sujeitos e dinamizar o diálogo para desenvolver o processo de participação. O educador social deve conduzir o ensino de forma espontânea, todavia deve

se basear em metodologias de trabalho. Um dos papéis mais importantes do educador social é o de mobilizador.

Seguindo a pedagogia de Paulo Freire (1983), haveria três fases bem distintas na construção do trabalho do educador social, a saber: a elaboração do diagnóstico do problema e suas necessidades, a elaboração preliminar da proposta de trabalho propriamente dita e o desenvolvimento e complementação do processo de participação de um grupo ou toda a comunidade de um dado território, na implementação da proposta. (GOHN, 2009, p.33)

Numa perspectiva comunitária, segundo Gohn (2009), o diálogo é fio condutor do processo de ensino e aprendizagem, porém a sensibilidade do educador em compreender e emergir na cultura local é essencial.

A escolha dos temas geradores dos trabalhos com uma comunidade não pode ser aleatória ou pré-selecionada e imposta do exterior para o grupo. Eles, temas, devem emergir de temáticas geradas no cotidiano daquele grupo, temáticas que tenham alguma ligação com a vida cotidiana, que considere a cultura local em termos de seu modo de vida, faixas etárias, grupos de gênero, nacionalidades, religiões e crenças, hábitos de consumo, práticas coletivas, divisão do trabalho no interior das famílias, relações de parentesco, vínculos sociais e redes de solidariedade construídas no local. Ou seja, todas as capacidades e potencialidades organizativas locais devem ser consideradas, resgatadas, acionadas. O Educador Social ajuda a construir com seu trabalho, espaços de cidadania no território onde atua. (GOHN, 2009, p.33)

O educador social deve agir mediante o presente e visando o futuro, a fim de impulsionar mudanças na realidade dos sujeitos ao qual ensina. O trabalho dentro da comunidade requer uma responsabilidade maior e abre um leque de opções de atividades, que não são presas por um currículo e por isso cabe ao profissional selecionar de forma mais cuidadosa a partir da intencionalidade a que se destina.

O Educador Social atua em uma comunidade nos marcos de uma proposta socioeducativa, de produção de saberes a partir da tradução de culturas locais existentes, e da reconstrução e ressignificação de alguns eixos valorativos, tematizados segundo o que existe, em confronto com o novo que se incorpora. (GOHN, 2009, p.34)

2.4. A REDES DA MARÉ: ENTRE A EDUCAÇÃO FORMAL E A NÃO FORMAL

Conforme pudemos perceber por meio da leitura de documentos concernentes a Redes da Maré, esta é caracterizada como uma ONG, portanto, faz parte da esfera de Educação não formal. Sua intenção é levar conhecimento, cultura e cidadania aos moradores mediante ações sociais que abrangem cinco eixos. O próprio meio em que vivem é capaz de produzir saberes que, segundo Gohn (2014), levam a um processo de formação humana:

Thompson (1982) atenta-nos para este aspecto quando fala do processo reflexivo da aprendizagem, da reconstrução contínua da cultura no fazer humano. É fazendo que se aprende. A experiência tem papel importante. Cultura para nós é um processo vivo e dinâmico, fruto de interações onde são construídos valores, modos de percepção do mundo, normas comportamentais e de conduta social, uma moral e uma ética no agir humano. O meio sociocultural onde se vive e a classe social a que pertence fazem parte da construção da cultura dos indivíduos. (GOHN, 2014, p. 39)

Porém a autora destaca que Educação não formal é associada a projetos sociais para o “pobre”, sendo que ela abrange o caráter formador do ser humano em geral, não tendo classe específica e agindo com diferentes meios de operação:

As práticas da Educação não formal se desenvolvem usualmente extramuros escolares, nas organizações sociais, nos movimentos, nos programas de formação sobre direitos humanos, cidadania, práticas identitárias, lutas contra desigualdades e exclusões sociais. Elas estão no centro das atividades das ONGs nos programas de inclusão social, especialmente no campo das artes, educação e cultura. (GOHN, 2014, p. 41)

Determinadas empresas – relacionadas ao terceiro setor e que desenvolvem programação para a área social, também trabalham com educação não formal junto a comunidades variadas, especialmente em situação de vulnerabilidade social, associada à promoção da cidadania, inclusão social etc. Destaco, entretanto, que o uso da terminologia por muitas destas empresas produz um reducionismo de seu sentido e significado à medida que educação não formal passa a ser associado a programa e projeto social para comunidades carentes. Não é este o sentido que atribuímos ao termo, ainda que se reconheça estar entre estas comunidades o público maior alvo dos projetos sociais. Para nós, educação não formal não é sinônimo de programação para pobre. Para nós é formação do ser humano em geral, é conquista, é direito social de todos (as). (GOHN, 2014, p. 41)

A Redes da Maré não somente busca a melhoria da comunidade, mas também melhorar as condições de acesso à escola, faculdade e mercado de trabalho, capacitando crianças, jovens e adultos, aumentando seu capital cultural e dando melhores chances no

mundo afora. Para Gohn (2014), há uma relevância da Educação não formal para os jovens, visto que estes tendem a se identificar mais com estruturas flexíveis:

Concluimos que a Educação não formal é uma ferramenta importante no processo de formação e construção da cidadania das pessoas, em qualquer nível social ou de escolaridade, destacando, entretanto, sua relevância no campo da juventude. Pelo fato de ser menos estruturada e mais flexível, consegue atingir a atenção e o imaginário dos jovens. Quando é acionada em processos sociais desenvolvidos em comunidades carentes socioeconomicamente, ela possibilita processos de inclusão social via o resgate da riqueza cultural daquelas pessoas, expressa na diversidade de práticas, valores e experiências anteriores. (GOHN, 2014, p. 42)

Para Gadotti (2005), a cidade (no caso A Redes a comunidade da Maré), é um espaço rico em diferenças, onde pulsa a vida e onde circulam as informações capazes de conscientizar e educar:

Podemos falar em cidade que educa quando ela busca instaurar, com todas as suas energias, a cidadania plena, ativa, quando ela estabelece canais permanentes de participação, incentiva a organização das comunidades para que elas tomem em suas mãos, de forma organizada, o controle social da cidade. (GADOTTI, 2005, p.7)

Ele defende que a educação e a cultura são meios importantes de se combater as mazelas sociais. Reconhece que não são suficientes, contudo, podem contribuir grandemente para uma transformação:

A educação e a cultura não podem tudo porque existem outros componentes que são os componentes sociais, políticos e, sobretudo, econômicos. Mas ela pode contribuir para a construção de uma sociedade saudável, tornando-se amiga e “companheira”, como dizia Paulo Freire, transformando-se num espaço de formação ético-política de pessoas que se querem bem e por isso têm legitimidade para transformar a vida da cidade. (GADOTTI, 2005, p.8)

A Redes da Maré foi um grande passo para a conquista de uma comunidade mais preparada e consciente de seus deveres e direitos, porém há muito ainda que se pensar e fazer em meio a tanta falta de oportunidade e privação. Somente a comunidade fazendo não é o suficiente, precisa-se também do apoio do Governo nessa batalha que já duram décadas e ainda está longe de terminar. Esse assunto será aprofundado no capítulo que se segue.

3. A COMUNIDADE DA MARÉ, A ONG REDES DA MARÉ E O ACESSO À CULTURA

Neste capítulo, será analisado o Bairro da Maré e a Redes da Maré segundo a perspectiva social e cultural de Bourdieu, ressaltando a importância da Redes para a comunidade estudada em relação ao acesso à cultura, entendendo aqui cultura como arte (mais especificamente a literatura).

3.1.O COMPLEXO DA MARÉ E A REDES DA MARÉ

Segundo o site do *Museu da Maré*,²⁶ em 1500 a região da Maré fazia parte da Baía de Guanabara e era formado por praias, ilhas e manguezais. Entre os séculos XVII e XVIII, a região da Maré, também conhecida como "Mar de Inhaúma", integrava uma grande propriedade: a Fazenda do Engenho da Pedra. A área abrangia os atuais bairros de Olaria, Ramos, Bonsucesso e parte de Manguinhos. Hoje, onde seria a sede da fazenda restam apenas ruínas, que foram ocupadas pela Favela da Igrejinha, em Ramos. No final do século XIX os centros dos bairros começaram a surgir em torno da linha férrea e suas estações e a reforma urbana da prefeitura de Pereira Passos, expulsou a população pobre do centro da cidade, provocando a ocupação das zonas periféricas. A Ponta do Tybau, na enseada de Inhaúma, foi uma das primeiras regiões a ser povoada dando início da Comunidade Maré. Na década de 40 começou o processo de industrialização no Rio de Janeiro que trouxe muitos imigrantes vindos do Nordeste à procura de emprego. No final da década de 40, já havia palafitas, barracos de madeira sobre a lama e a água na região que foram abolidas na década de 80. A construção da Avenida Brasil, concluída em 1946, foi determinante para a ocupação da área. Na década de 80, o Projeto Rio previa o aterro das regiões alagadas e a transferência dos moradores das palafitas para construções pré-fabricadas. Em 1988, foi criada a 30ª Região Administrativa da Maré, a primeira R.A. da cidade a se instalar numa

²⁶Disponível

http://www.museudamare.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=105&Itemid=127.

Acesso em: 06 de julho de 2019.

em:

favela marcando a região como um bairro popular. Em 2000 foi inaugurada a última comunidade da área (Salsa e Merengue).

Segundo o site *Maré de notícias online*²⁷ na edição 105 do jornal de mesmo nome, foi realizado o Censo da Maré, desenvolvido pelo Eixo Desenvolvimento Territorial da Redes da Maré, em parceria com o Observatório de Favelas. O censo teve como objetivo conhecer questões sobre o território da Maré, a fim de divulgá-las para a população e estar meios de se apropriarem desse conhecimento e reivindicarem seus direitos. Há também o objetivo de, a partir dos dados, criar projetos e ações para o território. O Censo teve início em 2012 e, durante este período, foram visitados 92,01% dos 47.758 dos domicílios encontrados na Maré. Os dados mostram que a Maré tem 139.073 habitantes, é o 9º bairro mais populoso do Rio (são 162 bairros), de cada 46 moradores do Rio 1 é da Maré e em média são 2,91 moradores por domicílio. Na Maré 51% da população são mulheres, 9,8% da população têm entre 25 e 29 anos, 62,1% se declararam pretos ou pardos, 61,8% dos moradores vivem na Maré desde que nasceram, 47% se declararam católicos; 21% protestantes; 0,7% espíritas ou espiritualistas; e 0,5% de religiões afro-brasileiras e 3,5% dos domicílios têm uma pessoa com transtornos psíquicos, déficit cognitivo ou deficiência física. Dos nordestinos que chegam à Maré, 40,7% vêm da Paraíba; e 24,7% do Ceará. Em relação ao saneamento básico, 0,3% da população ainda não tem água canalizada. O lixo é coletado na porta de 71,5% dos domicílios. Em 26,4% das casas os moradores levam o lixo até um local de coleta. Já os dados sobre educação, 6% dos moradores maiores de 15 anos são analfabetos (de acordo com IBGE, no Rio a taxa é de 2,8%), 37,6% da população completaram apenas o Ensino Fundamental e 19,6% dos adolescentes (de 15 a 17 anos) estão fora da escola.

Atualmente, a Maré conta com diferentes espaços comunitários, esportivos e culturais e tem uma rede de escolas com total de 17. Com a ampliação da região, houve uma organização dos moradores e criação pelo poder público de políticas habitacionais. Há uma falta de unidades de saúde, bancos e correios (só há caixas eletrônicos e casas lotéricas). Em alguns lugares da comunidade não há CEP, e há pouca oferta de escolas de ensino médio.

A Maré apresenta uma diversidade cultural muito grande e para a escola é um desafio lidar com sujeitos que além da pluralidade cultural vem de classes populares que tem pouco ou nenhum acesso aos bens culturais da cidade. Os estudantes de classes

²⁷ Disponível em: <http://mareonline.com.br/wp-content/uploads/2019/10/Mar%C3%A9-de-Not%C3%ADcias-105-outubro.pdf>. Acesso em: 09 de dezembro de 2019.

populares, com baixo capital cultural, se deparam com as desigualdades sociais dentro da escola, pois a cultura popular não é reconhecida como legítima dentro dela. A escola, como um espaço de produção cultural, deveria valorizar a diversidade dos alunos, considerando a pluralidade de culturas e proporcionando acesso aos bens culturais que são direito das crianças.

Roberto Da Matta (1981) nos apresenta duas definições para o conceito de cultura, a cultura como instrução/educação onde o sujeito que tem instrução (tem acesso à arte) é visto como alguém com conhecimento, ou seja, é culto (tem cultura), e a definição de cultura como “modos de vida”, ou seja, os hábitos de um povo que seria os modos de agir e pensar, o conjunto de regras a ser vivenciado por determinada sociedade. Para ele, a primeira definição da palavra cultura, ou seja, aquela que identifica o homem culto como homem instruído e escolarizado, traz um peso de discriminação e gera hierarquias, porém deveria ser um instrumento de compreensão das diferenças entre nós. Se optarmos pela definição antropológica do conceito de cultura, que atribui a este termo o modo como um povo ou um indivíduo atua na construção da vida coletiva, percebemos que não há cultura superior ou inferior, todo homem tem uma cultura e ela deve ser vista em sua totalidade. O trecho reproduzido abaixo esclarece bem essa ideia, acrescentando que....

O conceito de cultura, ou a cultura como conceito, então, permite uma perspectiva mais consciente de nós mesmos. Precisamente porque diz que não há homens sem cultura e permite comparar culturas e configurações culturais como entidades iguais, deixando de estabelecer hierarquias em que inevitavelmente existiriam sociedades superiores e inferiores. (MATTÁ, 1981, P. 3)

Assim, Da Matta nos permite conceber de modo crítico o conceito de cultura, diferenciando as duas definições apresentadas com base nos efeitos sociais que elas vocalizam. Uma delas, a que entende a cultura como a posse de um conhecimento formal e valorizado socialmente, nos leva para um caminho de discriminação, pois quem a domina desde cedo passa a ser visto como culto e quem detém os saberes populares, mas não os saberes escolares e ou eruditos, e visto como inculto, isto é, como alguém que não possui cultura. A cultura envolve tudo o que fazemos, pensamos e sentimos. A cultura também está ligada às artes (obras artísticas). Arte é a representação da cultura de forma materializada (livros, poesias, prosas, fotos, pinturas, esculturas, instalações, exposições, filmes, etc). A arte depende da cultura para se expressar, portanto, tudo o que é arte é cultura, entretanto, nem tudo o que é cultura é arte. Seja arte ou cultura, é importante que a

população se relacione e participe de ações para o fomento de manifestações artísticas e culturais.

Já o sociólogo francês Pierre Bourdieu (1999) chama a nossa atenção para o fato de que a cultura tem um valor social, que distingue os indivíduos dentro e fora da escola. Ao cunhar o termo "capital cultural", o autor demonstra que existe uma diferenciação entre os indivíduos, de acordo com a quantidade de conhecimentos formais de que cada um dispõe. Assim, aquele aluno que possui livros em casa ou frequenta bibliotecas desde pequeno, terá mais capital cultural (ou escolar) do que aquele que só teve acesso a livros e à leitura depois de entrar na escola. Segundo o autor, esse capital cultural constitui um bem que, sendo investido ou não pela família, pode influenciar o desempenho escolar e futuro de cada aluno. Para este autor, o mais oculto e determinante socialmente dos investimentos educativos vem a se a transmissão doméstica do capital cultural. Dito em outras palavras: aquela criança que teve uma família que lhe passou hábitos de leitura e curiosidade pelos conhecimentos escolares terá maiores chances de ter filhos que alcançarão o sucesso escolar, do contrário, as famílias que possuem pouco capital cultural terão mais chances de ter filhos com dificuldades de aprendizagem em sua trajetória escolar.

3.2 SOBRE O CAPITAL CULTURAL E SEUS TRÊS ESTADOS

Para o sociólogo francês, o capital cultural está dividido em três estados, o Estado Incorporado que significa a incorporação de um hábito, um investimento pessoal na aquisição constante e permanente de conhecimentos e informações valorizadas socialmente, tais como saber falar bem a língua e saber se comportar socialmente (educadamente) a ponto de que esses conhecimentos se tornem um distintivo daquela pessoa que os detém e expõe, configurando o que este autor chamou de *hábitus*, ou seja, uma maneira de agir que, sendo originalmente aprendida, com o tempo, se torna uma característica daquela pessoa.

O Estado Objetivado caracterizado pela sua materialidade, ou seja, pela apropriação de bens culturais ou bens de produção e que se refere aos conhecimentos que vão sendo adquiridos ao longo da vida de um indivíduo e que, tendo um valor simbólico reconhecido por todos, pode ser utilizado como arma para a obtenção de benefícios tais como ser aprovado numa entrevista para obter emprego ou cursar uma faculdade disputada.

E por fim o Estado Institucionalizado, que seria a aquisição de diplomas e certificados que legitimam a competência e conferem ao seu portador um valor convencional, constante e juridicamente garantido no que diz respeito à cultura.

A escola, seja na favela ou fora desta, possui uma dimensão reprodutora das desigualdades, visto que a cultura dominante é a da elite, ou seja, a escola transmite conteúdos eruditos (aqueles conhecimentos que são considerados superiores e que são possuídos por um pequeno grupo de pessoas consideradas cultas), sendo que a cultura popular não é valorizada e se torna um instrumento de resistência frente à hegemonia da outra. A escola dentro da favela deveria ter uma obrigação maior em quebrar essa corrente de reproduzir as desigualdades, trazendo a realidade de seus alunos para dentro de sala de aula e dando a eles consciência crítica acerca dessa realidade, possibilitando a sua transformação. Para Paulo Freire (2014), “Somos seres condicionados, mas não determinados”, então o sujeito deve se reconhecer como sujeito e assumir sua posição no mundo, sendo capaz de construir e modificar sua realidade. Conforme esclarece o educador,

A capacidade de aprender, não apenas para nos adaptar, mas sobretudo para transformar a realidade, para nela intervir relacionando-a, fala de nossa educabilidade a um nível distinto do nível do adestramento dos outros animais ou do cultivo de plantas. (FREIRE, 2014, p.67)

O papel da escola, principalmente na favela, é conscientizar o ser oprimido da sua realidade para que ele possa transformá-la e ser capaz de conquistar a autonomia. Para Freire (2014), na favela não há somente a carência de comida e saneamento básico, mas juntando-se elas há uma resistência cultural, ou seja, uma oposição à cultura dominante, que deve ser problematizada e superada. Ele conta um caso que ilustra bem esta ideia.

Recentemente, ouvi de um jovem operário num debate sobre a vida na favela que já se fora o tempo em que ele tinha vergonha de ser favelado. “Agora”, dizia, “me orgulho de nós todos, companheiros e companheiras, do que temos feito através de nossa luta, de nossa organização. Não é o favelado que deve ter vergonha da condição de favelado, mas quem, vivendo bem e fácil, nada faz para mudar a realidade que causa a favela. Aprende isso com a luta.” (FREIRE, 2014, p.79)

Para Bourdieu (1999), as crises nas décadas de 1980 e 1990 nas escolas identificaram que as escolas nas periferias multiplicaram o número de alunos desprovidos do ponto de vista cultural, sendo que no final dos anos 50 houve uma exclusão de alunos com famílias culturalmente desfavorecidas vítimas da seleção de um sistema hierárquico.

Pode-se identificar uma mudança em relação ao acesso à escola, a partir das décadas de 1950 (na França) e dos anos 1980, aqui no Brasil, no contexto da construção democrática, institucionalizada pela Constituição de 1988. Tanto lá quanto cá, a entrada de crianças de classes populares nas escolas públicas expôs e, muitas vezes confirmou, as desigualdades sociais, bem como as hierarquias que separavam os de cultura superior e os desprovidos de capital cultural. A ampliação do acesso à escola fez com que alunos de ambos os grupos passassem a concorrer pelas instituições escolares mais reconhecidas por sua qualidade, acirrando as desigualdades pela posse dos diplomas das melhores instituições educativas, bem como expondo a luta desigual pela promoção e permanência na escola e perfilando os que estavam destinados a ter sucesso em sua trajetória escolar e os que só conseguiriam obter sucesso com muita luta em função do baixo capital cultural que herdaram de suas famílias. Segundo ele, mesmo um aluno desprovido culturalmente pode obter um diploma, muitas vezes desvalorizado, mas seu destino tende a ser o fracasso escolar e a exclusão proveniente da própria escola.

Assim, a instituição escolar tende a ser considerada cada vez mais, tanto pelas famílias quanto pelos próprios alunos, como um engodo, fonte de uma imensa decepção coletiva: essa espécie de terra prometida, semelhante ao horizonte, que recua na medida em que se avança em sua direção. (BOURDIEU, 1999, p. 221)

Por outro lado, entre aqueles que conseguem permanecer na escola, surge a percepção de que era falsa a sensação de que a ampliação do acesso à escola representou democratização do ensino, visto que a escola além de reproduzir a cultura da elite também exclui quem nela não se adapta.

Eis aí um dos mecanismos que, acrescentando-se à lógica da transmissão do capital cultural, fazem com que as mais altas instituições escolares e, em particular, aquelas que conduzem às posições de poder económico e político, continuem sendo exclusivas como foram no passado. E fazem com que o sistema de ensino, amplamente aberto a todos e, no entanto, estritamente reservado a alguns, consiga a façanha de reunir as aparências da "democratização" com a realidade da reprodução que se realiza em um grau superior de dissimulação, portanto, com um efeito acentuado de legitimação social. (BOURDIEU, 1999, p. 223)

Por isso, há outros mecanismos que podem ajudar os alunos a lidar com as desigualdades dentro da escola, mecanismos esses obtidos por meio de políticas públicas e

projetos sociais que tem como objetivo dar a esses alunos desprovidos chances de lutar por um espaço dentro da escola, que é seu por direito, mas negado por uma sociedade e um sistema discriminatório e seletivo. Um desses projetos é o Projeto Redes da Maré.

Segundo o site *Redes Da Maré*²⁸, A Redes foi criada em 1997 a partir da iniciativa de moradores e ex-moradores da Maré, com o objetivo de promover a consolidação de uma rede de parcerias de desenvolvimento sustentável para a Maré e lutar por educação, saúde, cultura, saneamento e segurança, intervindo em longo prazo para garantir os direitos dos moradores à cidadania. Segundo o site *Portal da Educação*²⁹, a ONG tem uma base real na questão social e é uma ferramenta de ação do governo ou da sociedade que visa mudar uma realidade, na maioria das vezes problemática, através de um esforço (organização) coletivo. São envolvidas na Redes da Maré instituições comunitárias, a sociedade civil, universidades, órgãos públicos e privados e ONGs. O projeto inicial foi o pré-vestibular comunitário (PVC).

Em 2007, houve a formalização do Redes da Maré como instituição. São promovidas ações coletivas de respeito às diferenças e diversidades e crítica às desigualdades sociais. A Redes da Maré visa criar uma consciência nos moradores de que eles possuem o direito a ter acesso aos recursos da cidade. Os próprios moradores são estimulados a se mobilizarem para formular e implementar projetos, tendo como foco a valorização das experiências e a ampliação do acesso nos espaços sociais. Tenta superar problemas e desigualdades sociais e educacionais. As características principais são garantir e ampliar direitos dos grupos sociais, independência do Estado e desenvolvimento de projetos sem fins lucrativos. Tem como direcionamento estratégico a mobilização dos moradores da Maré, o fortalecimento das instituições locais, a parceria com organizações públicas e privadas, a produção de conhecimento sobre a região, a elaboração de projetos e programas, a sistematização e a difusão do saber produzido e a incidência nas políticas públicas para alcançar a efetivação de direitos. Alguns parceiros são a Fundação Roberto Marinho, Itaú cultural, Petrobras, Secretaria Municipal de Cultura do RJ, Fiocruz, Sebrae, Secretaria Municipal de Educação, Senai, UniRio, UFRJ, UFF, Associação de moradores da Maré, 44 escolas públicas Municipais da Maré, 4º CRE, entre outros.

²⁸ Disponível em: <https://redesdamare.org.br>. Acesso em: 07 de julho de 2019.

²⁹ Disponível em: <https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/administracao/conceitos-de-projeto-social/63861>. Acesso em: 07 de julho de 2019.

Foram colocados cinco eixos principais (Arte e cultura, desenvolvimento territorial, direito a segurança pública e acesso à justiça, educação e identidades, memória e comunicação). O eixo da Arte e Cultura visa trabalhar a dimensão artística e cultural dentro da comunidade e conta com biblioteca popular, centro de artes, lona cultural e outros projetos. O eixo de Desenvolvimento Territorial trabalha por meio de pesquisas e levantamentos a fim de mobilizar a comunidade e o poder público para o desenvolvimento local e conta com a casa das mulheres, o espaço normal e outros projetos. O eixo Direito à Segurança Pública e Acesso à Justiça visa a conscientização e reivindicação de segurança, combatendo a violação de direitos e a criminalidade e conta com os projetos Maré de direitos, somos da Maré, de olho na Maré entre outros. O eixo Educação tem o objetivo de ampliar as possibilidades de acesso à escola e à universidade e a qualificação profissional, tendo como principais projetos o curso pré-vestibular e a EJA. E por fim o eixo Identidades e memória, que visa registrar as memórias para fortalecer a identidade local e tem como projeto o Núcleo de Memória e Identidade da Maré.

4. AS BIBLIOTECAS COMUNITÁRIAS E POPULARES: ESPAÇOS DE EDUCAÇÃO NÃO FORMAL

O objetivo do presente capítulo é diferenciar os diferentes tipos de bibliotecas, ligando-as ao conceito de Educação não Formal e mostrando como esses espaços são pouco valorizados no Brasil, levando à carência no que diz respeito a formar leitores e desrespeitando o direito ao acesso à cultura e as artes.

4.1. BIBLIOTECAS COMUNITÁRIAS, PÚBLICAS E POPULARES

Primeiramente para se entender o que são as bibliotecas comunitárias precisamos entender o conceito de comunidade. Segundo Machado (2008), há diferentes interpretações desenvolvidas por diversos estudiosos do assunto (Bourdieu, Chauí, Arendt), porém o conceito mais comum designa comunidade como um grupo ou sociedade que compartilha experiências em comum, organizado em um espaço geográfico limitado, que interage entre si e desenvolve (ou não) a cidadania e a participação. O termo coletivo entra nessa questão de comunidade de maneira a enfatizar o trabalho social e a responsabilidade dos membros em manter essa comunidade ativa. Portanto, para se denominar uma comunidade há de se ter sujeitos vivendo em um espaço em comum, trocando experiências, podendo ter ou não objetivos em comum e trabalhar por isso.

O complexo da Maré, hoje um Bairro, possui 16 favelas (comunidades) e cada uma de suas comunidades tem suas particularidades culturais e estruturais. Há diversos trabalhos sociais dentro da Maré, entre eles a ONG “Redes da Maré”, pesquisado nessa monografia, o qual teve sua origem em uma iniciativa coletiva de moradores e ex-moradores que tinham como objetivo comum melhorar a vida nas comunidades e lutar por direitos. Sendo uma instituição da sociedade civil, foi organizada de maneira coletiva por meio de sujeitos exercendo sua cidadania e participação.

O conceito de biblioteca comunitária tem algumas questões relevantes a serem esclarecidas. Há uma aproximação da palavra comunitária com os termos pública e popular. Não há bibliografia em relação às bibliotecas populares, porém segundo o site de *Carta Capital*³⁰, biblioteca popular é um espaço de informação que atende a todos os públicos,

³⁰ Disponível em: <https://biblioo.cartacapital.com.br/biblioteca-popular/>. Acesso em: 23 de outubro de 2019.

não sendo do Estado nem de uma organização, mas do povo e depende de políticas públicas (educacionais, culturais e informacionais) que visem o atendimento a múltiplos sujeitos, “em outras palavras, a biblioteca popular é um ambiente que atua com a gerência, processos, fluxos e tecnologias de informação com/para sujeitos (autores, mediadores e usuários), visando à satisfação de desejos, demandas e necessidades”. Portanto a biblioteca popular busca ser um ambiente democrático e inclusivo, que estimula a participação dos usuários e prioriza a diversidade deles. Para Freire (1989) a biblioteca popular pode ser fruto de uma criação conjunta dos educandos que, ao se apropriarem das palavras, tornam legítimo o saber que adquirem e viram sujeitos do próprio conhecimento. Freire critica a invasão da cultura dominante através do acervo da biblioteca popular que pode vir a atrapalhar o trabalho de reconhecimento da cultura (realidade) dos educandos, reproduzindo assim como a escola as desigualdades. A biblioteca popular, para ser realmente popular deveria ter em seu acervo criação e produção da comunidade que a frequenta, levando a um pertencimento de seu meio social e cultural.

Contra tudo isso se coloca a posição crítico-democrática da biblioteca popular. Da mesma maneira como, deste ponto de vista, a alfabetização de adultos e a pós alfabetização implicam esforços no sentido de uma carreta compreensão do que é a palavra escrita, a linguagem, as suas relações com o contexto de quem fala e de quem lê e escreve, compreensão portanto da relação entre “leitura” do mundo e leitura da palavra, a biblioteca popular, como centro cultural e não como um depósito silencioso de livros, é vista como fator fundamental para o aperfeiçoamento e a intensificação de uma forma correta de ler o texto em relação com o contexto. Daí a necessidade que tem uma biblioteca popular centrada nesta linha se estimular a criação de horas de trabalho em grupo, em que se façam verdadeiros seminários de leitura, ora buscando o adentramento crítico no texto, procurando apreender a sua significação mais profunda, ora propondo aos leitores uma experiência estética, de que a linguagem popular é intensamente rica. (FREIRE, 1989, p.20)

É evidente que a questão fundamental para uma rede de bibliotecas populares, ora estimulando programas de educação ou de cultura popular (de que fizessem parte atividades no campo da alfabetização de adultos, da educação sanitária, da pesquisa, do teatro, da formação técnica, da política em suas relações com a fé), ora surgindo em resposta a exigências populares provocadas por uma esforço de cultura popular, é política. A forma como atua uma biblioteca popular, a constituição do seu acervo, as atividades podem ser desenvolvidas no seu interior, e a partir dela, tudo isso, indiscutivelmente, tem que ver com técnicas, métodos, processos, previsões orçamentárias, pessoal auxiliar, mas, sobretudo, tudo isso tem que ver com uma certa política cultural. (FREIRE, 1989, p.21)

A biblioteca comunitária (às vezes também chamada de popular) é um tipo de biblioteca pública, porém atende a uma comunidade e é criada por esta comunidade, a partir

de um projeto social ou organização coletiva, além de ter um caráter informacional (foco das bibliotecas públicas), tem um peso muito maior em trabalhar as questões culturais, levando inclusão social. Para Machado (2008, p. 60) as bibliotecas comunitárias possuem algumas particularidades:

1. a forma de constituição: são bibliotecas criadas efetivamente pela e não para a comunidade, como resultado de uma ação cultural.
2. a perspectiva comum do grupo em torno do combate à exclusão informacional como forma de luta pela igualdade e justiça social.
3. o processo participativo gerando articulação local e forte vínculo com a comunidade.
4. a referência espacial: estão, em geral, localizadas em regiões periféricas.
5. o fato de não serem instituições governamentais, ou com vinculação direta aos Municípios, Estados ou Federação.

Então ela conclui:

Consideramos que a biblioteca comunitária, como se apresenta hoje na sociedade brasileira, pode ser considerada outro tipo de biblioteca pois vem sendo criada seguindo os princípios da autonomia, da flexibilidade, e da articulação local, o que amplia as possibilidades de atuação e inserção na sociedade. Outro fator que nos leva a considerá-la diferente é pela forma de atuação estar muito mais ligada a ação cultural do que aos serviços de organização e tratamento da informação (MACHADO, 2008, p. 61).

A biblioteca pública é mantida pelo governo e é aberta a toda população e não somente a uma comunidade específica, tendo a biblioteca comunitária uma relação de intimidade maior com a comunidade em que está localizada. Segundo Machado (2008), o termo popular ao qual se associa a biblioteca comunitária vem de um pensamento de cultura do povo e autores como Almeida Júnior (1997) tentam diferenciar esses termos, porém demonstrando que a biblioteca comunitária e a pública possui os mesmos objetivos e oferece os mesmos serviços e o que diferencia é o vínculo e a proximidade que a biblioteca comunitária tem com os usuários:

Pode-se definir biblioteca comunitária como a biblioteca pública tradicional, já que a função informacional é relegada, atuando junto a uma comunidade restrita, limitada por uma determinada área geográfica” (ALMEIDA JÚNIOR, 1997, p. 97.).

O termo popular seria usado para amenizar o preconceito que a palavra comunitária carrega, sendo que as bibliotecas populares se referem a bibliotecas em bairros ou distritos. Segundo Blank e Sarmento (2010), a gestão da biblioteca comunitária se dá pela participação da comunidade, de forma autônoma e flexível. O acervo para elas também é importante:

Aceitando-se que se vive em um país onde livros e outros materiais informativos são considerados caros em comparação com o poder aquisitivo da maioria da população, a instituição biblioteca surge como uma possibilidade da população manter contato com itens que não poderia adquirir. Neste âmbito, a Biblioteca Comunitária deve se preocupar com o acervo a ser disponibilizado para a comunidade a que atende, atentando não somente com a quantidade de materiais, mas principalmente com a qualidade do conteúdo disponibilizado. (BLANK E SARMENTO, 2010, p.4)

As bibliotecas comunitárias e populares são, assim, um dos instrumentos da educação não formal que trabalha a questão da construção da cidadania. Assumem, ainda, um caráter alternativo, vem com a função de ampliar o acesso à informação em locais menos favorecidos, combatendo as desigualdades sociais. Nessa perspectiva, visam à democratização do acesso à cultura letrada, viabilizando as práticas de leitura e incentivando uma educação para a cidadania, principalmente para pessoas com pouco capital cultural. A pesquisa Retratos da leitura no Brasil publicada em 2016, o site *Pró livro*³¹, informa que o acesso a livros pelas bibliotecas públicas ou comunitárias (gráfico 1) fica em 7º lugar com 7% e o gráfico 2 mostra que 66% dos entrevistados não frequentam a biblioteca. Esses dados mostram o quanto esse espaço é pouco valorizado pela sociedade brasileira e deve ser mais apoiados a fim desenvolverem seu papel de transformação social.

É importante perceber, também, que as bibliotecas comunitárias se articulam à Agenda 2030, estabelecida em 2015, onde foram traçados 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (os ODS). Elas apoiam a implementação do Objetivo 4, que define a Educação de Qualidade, confirmando o compromisso de assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos. As bibliotecas comunitárias se destacam como agentes integradores de saberes e informacional com suas ações de incentivo à leitura, desenvolvimento cultural e até profissionalizante. Pode-se observar o impacto da criação destas bibliotecas dentro das comunidades que estão inseridas. (HORTA e ROCHA, 2017, p.1795)

³¹ Disponível em: <http://prolivro.org.br/home/ipl-na-midia/releases-2016>. Acesso em: 23 de outubro de 2019.

Gráfico 1

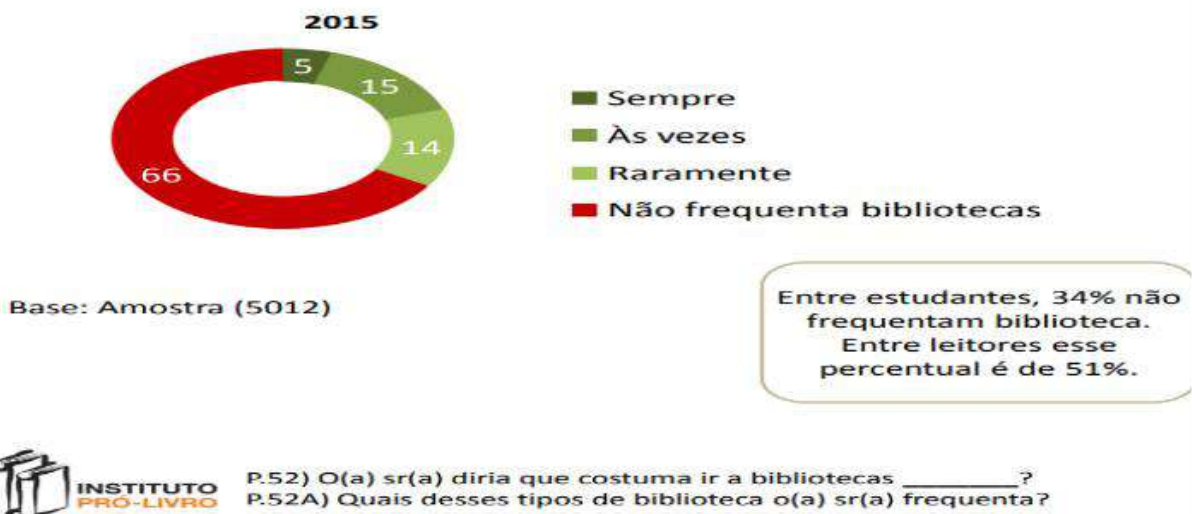
Principais formas de acesso aos livros



Fonte: Retratos da Leitura no Brasil - 4ªEd. Março, 2016. p.44.

Gráfico2

Frequência com que costuma ir a bibliotecas



Fonte: Retratos da Leitura no Brasil - 4ªEd. Março, 2016. P. 113.

Para que haja valorização das bibliotecas comunitárias e populares as políticas públicas têm um papel de suma importância. Segundo Machado (2008), no Brasil desde 1992 há o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP), criado pelo Governo Federal, que visa o fortalecimento das bibliotecas públicas e promove ações que viabilizam o melhoramento delas. Em 2005, o Governo Federal também criou o Programa Fome de

Livro (que mais tarde desencadeou o Programa Nacional do Livro e da Leitura) que articula Estado, empresas e a sociedade civil organizada a fim de criar ações que estimulem o acesso ao livro, à leitura e à biblioteca. Em 2007, o Governo Federal instituiu o Programa Mais Cultura, que tinha o objetivo de estimular e ampliar o acesso a bens e serviços culturais e incluía diretrizes para as bibliotecas públicas e comunitárias. O programa cria Pontos de cultura espalhados pelo país, a fim de promover a cultura local e articular os diferentes Pontos. Em relação às políticas públicas locais, a maioria dos municípios não possui políticas específicas para as bibliotecas. Há algumas iniciativas no Estado de São Paulo, Distrito Federal, Rio de Janeiro e Paraná. No Rio de Janeiro, a SLC (Superintendência de Leitura e Conhecimento) presta assessoria às Bibliotecas Públicas, Bibliotecas Comunitárias, Pontos de Leitura e Pontinhos de Cultura (Brinquedotecas) no Estado.

Apesar de algumas bibliotecas serem chamadas “comunitárias”, elas são públicas e criadas e mantidas pelo município em que estão localizadas, tendo como parceria o governo do Estado e instituições. Se vê que há poucas e dispersas políticas locais para ampliar e fortalecer as bibliotecas e não há uma participação efetiva da população. Sendo assim, esses espaços, em que a sociedade tem plenos direitos de acesso e apropriação, ficam à mercê de poucos investimentos que ajudariam a tornar as bibliotecas em geral uma fonte de informação, educação e cultura de qualidade.

Em 2018 foi sancionada pelo então presidente Michel Temer a Lei 13.696, que institui a Política Nacional de Leitura e Escrita (PNLE), conhecida como Lei Castilho, que estabelece estratégias que devem contribuir para a universalização do direito ao acesso ao livro, à leitura, à escrita, à literatura e às bibliotecas. A lei tem ainda o objetivo de fortalecer o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas, promovendo as demais políticas de estímulo à leitura, ao conhecimento, às tecnologias e ao desenvolvimento educacional, cultural e social do País, entre outros objetivos. Seus objetivos devem ser elaborados a cada dez anos através do Plano Nacional do Livro e Leitura. Essa lei foi apresentada por José Castilho Marques Neto, com autoria da senadora Fátima Bezerra (PT/RN). Segundo o site do *Estadão*³², a lei é o primeiro marco legal e faz história ao instituir política de Estado de longo prazo na formação de leitores e escritores, porém o atual governo ainda não fez as

³² Disponível em <https://cultura.estadao.com.br/noticias/literatura.primeiro-marco-legal-sobre-formacao-de-leitores-no-brasil-lei-castilho-e-sancionada.70002401350>. Acesso em: 3 de dezembro de 2019.

regulamentações necessárias e o tema está parado nos ministérios da Educação e Cidadania (que herdou atribuições da Cultura).

4.2.O ACESSO A LIVROS E A BIBLIOTECA NA MARÉ

Segundo uma pesquisa sobre os hábitos culturais dos cariocas, divulgada pelo *Data Folha*³³ em 2013, ir ao Shopping Center e à praia são os hábitos mais comuns. Ir a bibliotecas ficou com 32%, ficando atrás de muitos outros. Outro dado mostrado pela pesquisa diz respeito à relação entre a cultura e questão social, associando a arte ao erudito, sendo mais comuns hábitos como ir ao teatro, concertos de música clássica, museus, bibliotecas serem praticados por moradores da Zona Sul (classes A e B). Já na região da Zona Norte é mais comum ir a festas populares, shows e bares. 60% dos cariocas com idade a partir de 12 anos declaram gostar de realizar ou participar de atividades culturais. Os principais influenciadores no gosto por atividades culturais são os pais, com 35%, a seguir os amigos (27%) e os familiares (23%). A escola aparece em 5º lugar com 8%. Quatro a cada dez entrevistados (38%) disseram que a escola não oferece atividades ou não tem espaços.

Esses dados mostram a importância da família para se adquirir hábitos culturais, o que em uma família com renda baixa esse aspecto fica prejudicado e com isso entra a escola, que fica responsável por suprir esse déficit; mas, segundo a pesquisa, há um déficit vindo das próprias escolas que não estimulam (por falta de espaços ou atividades) esses hábitos. Segundo a pesquisa *Cultura nas Capitais*³⁴, a escola e a educação são fatores determinantes para um maior acesso à cultura, seguido pela condição econômica. Quanto maior o nível de escolaridade e maior o nível socioeconômico maior o acesso à cultura, contudo a escolaridade teria um peso maior, pois apesar da renda maior facilitar o acesso, a baixa escolaridade afastaria as pessoas das atividades culturais. Isso mostra que para a população de baixa renda é fundamental que a escola seja um mediador para se levar a cultura, porém é na escola que mais se encontram dificuldades por falta de recursos.

A pesquisa mostra que o acesso à escola está intimamente ligada ao acesso à cultura. Em comunidades como a Maré, a exclusão cultural chega a ser maior, pois além da baixa

³³ Disponível em <http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4478506/4113215/HabitosCulturaisCarioca.pdf>: Acesso em: 11 de dezembro de 2019.

³⁴ Disponível em: https://static.poder360.com.br/2018/07/10810_Livro_Web.pdf. Acesso em: 13 de dezembro de 2019.

condição econômica da população para usufruir de atividades culturais, há também uma falta de espaços e atividades dentro das próprias comunidades. Cabe às escolas, nessas regiões, ampliarem e diversificarem as atividades para inserir as crianças e os jovens no mundo cultural, mas a falta de recursos financeiros não é desculpa para não ter acesso à cultura, visto que há muitas atividades gratuitas e este é mais um papel da escola (e da família) de não só estimular o acesso à cultura, mas o hábito também.

Em relação ao consumo de livros, a pesquisa da Data Folha mostra que 64% do público carioca os consomem. Entre os que costumam ler livros não didáticos, o acesso se dá através de compra em livrarias de rua ou em shoppings (71%), o empréstimo de outras pessoas, amigos ou parentes (64%), compra em bancas e supermercados (34%), compra em sebos e brechós (34%), empréstimo em bibliotecas (32%), compra pela Internet (17%), e-books (14%) e clubes de leitura (11%). Comprar em livrarias é mais comum nas classes mais altas. Pegar emprestado em bibliotecas está mais relacionado à idade e é mais comum até a faixa de 34 anos. O consumo de produtos culturais está muito relacionado ao nível econômico e educacional da população. Quanto maior a renda e a educação, maior o acesso a eles.

Segundo Dantas (2016), o Rio de Janeiro é um polo importante na oferta de serviços culturais. Em 2013, a divisão administrativa da cidade era composta por cinco Áreas de Planejamento com dezesseis Regiões de Planejamento e trinta e três Regiões Administrativas. Em 2008, o Rio contava com seiscentos e sessenta e um equipamentos culturais sob a gestão municipal, estadual e federal, além de equipamentos privados, entre museus, bibliotecas, teatros, salas de cinema, etc. Há concentração de equipamentos culturais em algumas regiões (por exemplo, há uma oferta maior de bibliotecas na região da Zona Sul), ou seja, há um desequilíbrio na distribuição espacial da oferta cultural naquele período. Isso mostra o quanto a população da Zona Norte (onde está localizada a Maré) fica escassa de meios para usufruir de atividades culturais mais especificamente o acesso a livros e a leitura.

A pesquisa mostra, ainda, que 21% dos estudantes nunca entraram em uma biblioteca, dado que mostra uma realidade preocupante e que deve ser combatida. As políticas culturais são de extrema importância para apoiar projetos e ações que visem combater esses dados, dando prioridade ao setor cultural e promovendo equidade na distribuição de ofertas.

Segundo Freire (1989), o mundo se lê antes da palavra, ou seja, a leitura nos ajuda a ler o mundo a nossa volta, do qual já temos uma interpretação. A alfabetização é um ato político e crítico, que nos introduz na cultura letrada. O acesso a livros é importante não somente nesse processo de alfabetização, mas durante toda a vida. Segundo Freire (1983), a elite vê como “ignorância” a ausência de cultura formal, mas o direito à cultura é um direito de todos.

Segundo Candido (2004), no Brasil, se o pobre tem direito a comida, não deveria ter direito a cultura também? e a literatura e a arte são necessárias a todos? Ele diz que sim quando mostra que a literatura é uma expressão, manifestação universal do ser humano que nos tira do mundo real e nos leva para a fantasia, e podemos encontrar esse equilíbrio através da literatura, que sendo considerada necessária, então se constitui um direito.

Para Candido (2004), o povo não é estimulado além de não ter condições de ter acesso a obras eruditas, ficando a seu alcance apenas a cultura de massa e o folclore. Para se acabar com isso, ele diz que é preciso haver uma distribuição igualitária de bens, sendo que há apenas uma tentativa de remediar as desigualdades. A arte erudita e a popular se comunicam, e não deveríamos pressupor que o povo não consegue assimilar "boa literatura", pois o que falta não é incapacidade e sim acesso. O povo seria capaz de apreciar obras eruditas se tivesse acesso a elas, ou seja, há privação no acesso a bens culturais que deveriam ser um direito. A sociedade deve garantir o acesso a diferentes níveis de arte e literatura igualmente para todos, respeitando assim os direitos humanos. Assim, conclui o autor:

Portanto, a luta pelos direitos humanos abrange a luta por um estado de coisas em que todos possam ter acesso aos diferentes níveis da cultura. A distinção entre cultura popular e cultura erudita não deve servir para justificar e manter uma separação iníqua, como se do ponto de vista cultural a sociedade fosse dividida em esferas incomunicáveis, dando lugar a dois tipos incomunicáveis de fruidores. Uma sociedade justa pressupõe o respeito dos direitos humanos e a fruição da arte e da literatura em todas as modalidades e em todos os níveis é um direito inalienável. (CANDIDO, 2004, p.191)

A biblioteca na Maré e o acesso a livros que ela proporciona tentam garantir um direito legítimo dos moradores, visando diminuir uma desigualdade cultural vivida pelas famílias e até mesmo dentro das escolas. Como sabemos, muitas vezes, as escolas são improvisadas e acolhem alunos desprovidos do ponto de vista cultural. Cabe a essas bibliotecas serem espaços não só de acesso à cultura, mas também de promover igualdade

de oportunidades e de direitos. No capítulo final, procuraremos demonstrar / entender como isso ocorre na Biblioteca Lima Barreto.

5. ESTUDO DE CASO: A BIBLIOTECA POPULAR LIMA BARRETO NA MARÉ

Esse capítulo final traz os dados colhidos da Biblioteca Popular Lima Barreto, tendo em vista responder ao problema e aos objetivos propostos nessa monografia.

5.1 METODOLOGIA

Para analisar os dados e alcançar meus objetivos foi realizada uma abordagem qualitativa e a metodologia utilizada foi o estudo de caso visto que aprofundi minha pesquisa em uma das varias bibliotecas localizadas na Maré. Para respeitar a triangulação exigida nas pesquisas qualitativas, utilizei as técnicas de pesquisa bibliográfica, entrevista com ao responsável pela biblioteca e questionário com alguns usuários que frequentam a biblioteca estudada. Segundo Ivenicki e Canen (2016) o rigor na pesquisa transparece as reflexões do pesquisador e ajuda a evidenciar e comparar dados para levantar as possibilidades apresentadas na pesquisa.

A pesquisa bibliográfica foi feita a partir de uma revisão na literatura sobre o que é e o que representa as bibliotecas populares e comunitárias, visto no capítulo anterior. A entrevista foi feita de forma estruturada e realizada com a Coordenadora da Biblioteca, Luciene de Andrade, por escrito e entregue via e-mail. Os questionários foram feitos de forma semiaberta com dez usuários e frequentadores da biblioteca.

Tive uma pequena dificuldade na obtenção dos dados visto que a coordenadora tem outras funções fora da biblioteca e era difícil encontra-la e também tive contratempos em relação a festas de fim de ano, férias e carnaval. Tanto a entrevista como o questionário foi realizados no mês de março de 2020.

5.2 PERFIL DA BIBLIOTECA POPULAR LIMA BARRETO

Para analisar como a biblioteca estudada funciona, foi utilizada como instrumento de coleta de dados a entrevista. Por meio da entrevista feita com a coordenadora da biblioteca, tem-se um panorama de como a Biblioteca Popular Lima Barreto funciona e como essa se articula com o projeto Redes e com a comunidade da Maré. A fim de responder a um dos objetivos dessa monografia, segue a entrevista na íntegra.

Entrevistadora: Como a biblioteca surgiu a partir da Redes da Maré?

Coordenadora: “Desde 2007, a Redes da Maré, organização da sociedade civil sem fins lucrativos, vem tecendo experiências transformadoras na Maré, maior conjunto de favelas do Rio de Janeiro. Suas ações buscam impactar positivamente os índices econômicos e sociais da Maré, garantir o acesso a direitos e influenciar a criação de políticas públicas estruturantes para esse território, a partir da participação da população local e da construção de uma rede de parcerias. A Biblioteca Popular Escritor Lima Barreto foi inaugurada em 2005, na Nova Holanda, uma das 16 comunidades que compõem o Complexo da Maré, maior conjunto de favelas do Rio de Janeiro. Este equipamento cultural de funcionamento diário foi ampliado em 2011, a partir de demanda dos moradores, com a construção da Sala Maria Clara Machado, passando a ter um espaço destinado às crianças.”

Entrevistadora: Como funciona a biblioteca (espaços, rotinas, organização, acervo, infraestrutura, equipe)?

Coordenadora: “Atualmente conta com dois ambientes, um dedicado ao público jovem - adulto e um ao público infantil: a Sala de Leitura Maria Clara Machado, que possui mobiliário apropriado, com mesas, cadeiras e estantes adequadas, formando um ambiente acolhedor onde se desenvolvem atividades diárias de incentivo à leitura.”

Equipe: Coordenação: Luciene de Andrade, Auxiliares da Biblioteca Lima Barreto: 2, Mediadores de Leitura da Sala Maria Clara Machado: 2, Bibliotecária: 1, Auxiliar de manutenção: 1.

Entrevistadora: Quais os serviços prestados para a comunidade (projetos educativos, culturais e sociais)?

Coordenadora: “As atividades desenvolvidas na Biblioteca potencializaram o trabalho praticado pela Redes da Maré em seus distintos projetos, proporcionando uma programação gratuita, diferenciada e de qualidade, com ações que valorizaram o espaço da leitura, de forma regular, a partir da realização de: empréstimos do acervo; democratização do acesso a livros de diferentes gêneros; renovação de acervo com a aquisição ao longo do projeto de cerca 500 livros adequados para as diferentes faixas etárias; Oficina Vai e Volta: ampliação do sistema de empréstimo, cadastro e controle dos livros; Contação de Histórias -

atividades regulares de contação de histórias dedicadas ao público infantil; encontros com autor e debates sobre temas atuais, atividade dedicada ao público jovem e adulto; Encontros de Formação com os agentes de leitura: encontro mensal com a equipe; Oficina de Leitura e Criação Textual: atividade dedicada ao público jovem e adulto com o Clube de Leitura; apresentação teatral para crianças ao ar livre na praça ao lado da Biblioteca; entre os objetivos específicos do projeto, podemos destacar: sensibilizar a criança e seus familiares para o convívio com o livro e a leitura; contribuir para a formação de novos leitores, sejam eles adultos ou jovens e crianças, moradores da Maré; atrair e qualificar um maior número de leitores para o espaço da Biblioteca; propiciar vivências de processos de criação e expressão através da leitura e escrita; aproximar o leitor e o escritor, propiciando o encontro de ideias e a troca de conhecimentos através de temas atuais; fortalecer a formação continuada dos agentes de leitura.”

Entrevistadora: Como é a gestão e o financiamento?

Coordenadora: “Tanto a construção quanto a manutenção da Biblioteca Popular Lima Barreto e da Sala Maria Clara Machado dependeram e ainda dependem de doações públicas e privadas.”

Entrevistadora: A biblioteca tem parcerias? Quais?

Coordenadora: “A Biblioteca articula as suas ações com instituições locais com as Associações de Moradores, Espaços de Educação Infantis - EDIs e ONGs. As articulações locais são fundamentais para o trabalho da Biblioteca. Além disso, a equipe da Biblioteca trabalha em parceria com todos os eixos temáticos da Redes, especialmente com o eixo Educação e projetos como pré-vestibular e preparatório.”

Entrevistadora: Quais os objetivos/ metas que a biblioteca pretende alcançar?

Coordenadora: “Possibilitar a democratização do conhecimento e o desenvolvimento da cidadania cultural, ampliando o acesso ao livro e à leitura aos moradores da Maré, das mais variadas idades. Estímulo à integração das ações da biblioteca com outras iniciativas culturais na comunidade. Atividade: contação de histórias e visita guiada para estudantes de diferentes escolas públicas. Estimular o gosto pela literatura por meio das expressões artísticas; propiciar o desenvolvimento da imaginação. Atividades: Contação de Histórias, atividade semanal com espaço para leitura, espetáculos infantis, atividade semestral com

apresentações na Praça, empréstimo e renovação do acervo, atividade diária de empréstimo no espaço infantil e adulto.”

Entrevistadora: Qual é, a seu ver, a principal contribuição da biblioteca para os seus usuários?

Coordenadora: “Nestes anos a Biblioteca conseguiu contribuir de forma ativa para a democratização do acesso à leitura e para a formação de leitores.”

Entrevistadora: Você gosta de trabalhar aqui por quê?

Coordenadora: “Sim, pois acredito que o trabalho cotidiano desenvolvido pelos profissionais que atuam diretamente na Biblioteca é essencial para que o hábito de ler, que hoje ocupa um lugar cada vez menor na vida das pessoas, possa ser um momento de prazer onde a imaginação, a criatividade e o desejo pela leitura seja aflorado.”

A partir da entrevista, fica claro que a Biblioteca Popular Lima Barreto na Maré tem diversos projetos e objetivos para a comunidade e como ela tem um papel transformador na realidade de seus usuários que em sua maioria não teria outro lugar para buscar informação, cultura e conhecimento. Falta mais apoio financeiro para que esse espaço tenha mais recursos que cheguem a mais pessoas, porém tudo que já é realizado faz muita diferença na vida das pessoas que moram na comunidade e que dela fazem uso. Essa biblioteca tem em sua existência uma responsabilidade com a questão social e cultural, visando sanar um pouco as desigualdades, garantindo o direito do cidadão de comunidade de acesso a livros e atividades culturais e propiciando a democratização à leitura em um país onde não se valoriza o hábito de ler.

5.3. PERFIL DOS USUÁRIOS E FREQUENTADORES DA BIBLIOTECA POPULAR LIMA BARRETO

Para identificar o que esse espaço (a biblioteca) representa para a comunidade (usuários) foi realizado um questionário semiaberto, com quinze perguntas (doze objetivas e três discursivas) feitas com dez usuários e frequentadores da biblioteca estudada. O

questionário, além de abordar o perfil sócio econômico, também abordou questões sobre a utilização da biblioteca pelos usuários.

Dos dez entrevistados, seis eram homens e quatro mulheres, em sua maioria entre 17 e 30 anos. Oito usuários possuem o ensino médio, um concluiu o ensino superior e um tem pós-graduação. Oito dos dez entrevistados possui pai e mãe com estudos. oito dos dez entrevistados trabalham ou já trabalhou, sendo os trabalhos mais indicados os no lar e informal. Nove dos dez entrevistados residem próximo à biblioteca. Seis utilizam a biblioteca apenas uma vez por semana e quatro deles utilizam três vezes ou mais por semana. Nove dos dez entrevistados se beneficia da biblioteca para melhorar os estudos, apenas um alegou frequentar apenas por lazer. A maioria é sócio e conheceu a biblioteca por indicação de um amigo. Ao serem perguntados o que mudariam na biblioteca, três pessoas responderam que melhorariam a acessibilidade, uma pessoa respondeu que poderia haver um curso de produção textual, outra pessoa respondeu que acrescentaria uma sala de estudos e outra que poderiam construir um 3º andar, o resto não respondeu.

Ao serem perguntados de quais atividades eles usufruíam a maioria respondeu que participava do clube de leitura e das palestras, além de pegar livros, somente uma pessoa respondeu que não participava de nada. A última pergunta dizia respeito ao objetivo desta pesquisa, que era descobrir o que a biblioteca representava na vida deles, e todos ressaltaram a importância da biblioteca Popular Lima Barreto para seus estudos. Mostro algumas falas para destacar essa importância:

“Tem me ajudado a estudar para o vestibular.”

“O ambiente é organizado, minha casa é pequena, não tenho local para estudar.”

“Extremamente importante, através da mesma consegui ingressar na universidade pública e hoje estou próximo da minha graduação. Meus primeiros contatos de forma mais ampla com a ciência foram feitos através da biblioteca.”

“É de muita importância, pois é um lugar onde eu posso estudar e ter acesso a material de qualidade.”

A partir dos dados do questionário, percebe-se que o perfil dos usuários e frequentadores da Biblioteca Popular Lima Barreto é de pessoas estudadas que moram na comunidade e que participam das atividades oferecidas assiduamente. Destaco a importância que eles deram para a biblioteca para seus estudos, visto que todos estudam e o

quanto esse espaço pode fazer diferença na vida escolar e acadêmica deles, já que eles vêm de uma origem social e econômica menos favorecida. Como objetivo principal dessa monografia foi o de compreender o valor da biblioteca na comunidade como bem cultural de direito e seu papel para a ampliação do horizonte cultural e educacional daqueles que dela fazem uso, para essas pessoas a biblioteca representa um local para melhorar seus estudos e ter acesso a livros, o que contribui para ampliar o Capital Cultural e garantir um bom desempenho escolar e acadêmico, além de contribuir, através de atividades culturais oferecidas pela biblioteca, para garantir o direito ao acesso à vida cultural dos moradores da comunidade da Maré.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente monografia decorreu sobre a questão dos Direitos Humanos em relação à aquisição cultural (com foco na arte literária), através de espaços sociais como as bibliotecas populares e comunitárias, a partir da problemática “como a biblioteca está inserida na comunidade da Maré, partindo da premissa que o acesso à vida cultural é um direito para todos, não só entendendo biblioteca como espaço de cultura, mas também de educação e, principalmente, de direitos?”

Como primeiro objetivo, busquei identificar políticas para os Direitos Humanos no Brasil em relação à educação e a cultura. Foi mostrado um breve histórico sobre os Direitos humanos no mundo e no Brasil a fim de contextualizar as ações que vêm sendo realizadas sobre esse tema, que não surgiu de agora, pois vem sendo abordado há alguns séculos. A Declaração Universal dos Direitos Humanos afirma que todos têm direito a “participar da vida cultural da comunidade e de fruir das artes”, porém no Brasil, devido a muitas desigualdades, esse direito fica prejudicado. É então que entram os espaços e projetos sociais, dentro da perspectiva da Educação Não Formal, que como visto na monografia, contribui para a construção da cidadania ao dar meios para procurar alcançar igualdade de direitos, para responder ao segundo objetivo que foi o de compreender o que é Educação não formal e o que se pode fazer para ampliar o capital cultural dos jovens moradores da Maré através da biblioteca.

A Maré, local escolhido para a realização da pesquisa, possui o Redes da Maré, que abrange diversos eixos, de cujo eixo Arte e Cultura faz parte a Biblioteca Popular Lima Barreto, objeto desse estudo. Para responder ao terceiro objetivo, conhecer como a biblioteca investigada funciona, foi feita uma entrevista com a coordenadora do espaço, que deu uma sucinta explicação de como o local se organiza. Ao se pesquisar os usuários e frequentadores do espaço, a fim de responder ao quarto e último objetivo, que foi o de identificar o que esse espaço representa para a comunidade, evidenciou-se sua importância na vida deles em relação aos seus estudos e também como meio de levar acesso à vida cultural.

Os resultados mostram que a Biblioteca Popular Lima Barreto nasceu do Redes da Maré com o objetivo de democratizar o acesso a livros e à leitura, o que vem sendo realizado através de projetos e atividades culturais. Como visto durante a monografia, autores como Bourdieu e Freire discutem a questão do impacto das desigualdades sociais e

econômicas no desempenho escolar. Somente a escola não consegue sanar essas desigualdades e muitas vezes até as reproduz. Fica constatado com essa pesquisa que a biblioteca, como espaço de direito, constitui-se um meio transformador dentro da comunidade e seu valor é inestimável. Ela tem um valor cultural (conta com atividades culturais), tem um valor educacional (ajuda no desempenho escolar) e um valor social (busca a democratização no acesso a livros e leitura). Todos esses fatores tornam esse espaço um local de construção de cidadania.

Durante a pesquisa algumas dificuldades foram encontradas em relação à obtenção dos dados, mas nada que viesse a prejudicar o andamento do estudo. Uma surpresa que constatei foi que não imaginava que a biblioteca fosse, para os usuários, tão importante para os estudos visto que meu foco estava na questão cultural, mas esse resultado veio a enriquecer mais ainda essa pesquisa.

Essa monografia pretendeu contribuir para se analisar a questão cultural no Brasil, sendo esse um país onde cultura, diversão e arte são consideradas luxos de “gente rica”. Através desse estudo tem-se uma perspectiva do impacto que espaços e ações sociais podem ter para se garantir o acesso e a democratização da cultura nas comunidades. Também contribui para conscientizar a importância de se valorizar as bibliotecas no Brasil, visto que essas são pouco procuradas e utilizadas pela população para se adquirir mais conhecimento e cultura. Livros no país são muito caros, o que contribui, junto com a não motivação do hábito de ler pelas escolas e pela família, para a formação de poucos leitores.

Como desdobramentos, essa pesquisa pode ajudar a analisar, mais profundamente no futuro, a questão da contribuição das bibliotecas comunitárias e populares na inclusão social e em que medida esses espaços afetariam o desempenho escolar.

Concluo essa monografia com a certeza de que essa de alguma forma atingirá alguém assim como me atingiu. Ao longo da escrita construí muitos conhecimentos que vão me acompanhar durante minha trajetória pessoal e profissional. Sendo assim, encerro essa pesquisa torcendo para que a mesma tenha voz e presença no meio científico e acadêmico e que estimule a mim e outros pedagogos e profissionais da educação a buscar novas alternativas para ampliar o direito de acesso à cultura, por meio da leitura e de outros modos de conhecimento e expressão, por longos e longos anos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. **Bibliotecas públicas e bibliotecas alternativas**. Londrina: Ed. UEL, 1997.

AMARAL, Leonardo Correa do; BORANGA, Rodolfo. **Direitos humanos após a segunda guerra mundial**. 2015.

AVANÇA projeto que inclui Direitos Humanos na LDB da educação. **Mobilizadores**, 05 de julho de 2017. Disponível em: <http://www.mobilizadores.org.br/noticias/avanca-projeto-que-inclui-direitos-humanos-na-ldb-da-educacao>. Acesso em: 26 de jun. de 2019.

BLANK, Cinthia Kath. SARMENTO, Patrícia Souza. **Biblionline**, João Pessoa, v. 6, n. 1, p. 142-148, 2010.

BOURDIEU, Pierre. **Escritos de Educação**. Petrópolis: Vozes, 1998.

BOURDIEU, Pierre. **Escritos de Educação / Maria Alice e Afrânio Catani (organizadores)** – Petrópolis, RJ: Vozes, 1999, 2º edição.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

BRASIL, Lei de Diretrizes e Bases, Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Planalto**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm. Acesso em: 07 de set. de 19.

CADERNO de educação em Direitos Humanos- educação em Direitos Humanos: diretrizes nacionais. **Mec**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=32131-educacao-dh-diretrizesnacionais-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 28 de jun. de 2019.

CANDIDO, Antonio. **O direito à literatura In. Vários Escritos**. Duas Cidades, Ouro sobre azul, São Paulo, 2004.

CARVALHO, Jonathas. Biblioteca popular: ambiente de informação do/para/com a sociedade. **Carta capital**, 25 de outubro de 2016. Disponível em: <https://biblioo.cartacapital.com.br/biblioteca-popular/>. Acesso em: 23 de out. de 2019.

COMISSÃO de defesa dos Direitos Humanos. **AloAlerj**. Disponível em: <https://www.aloalerj.rj.gov.br/comissoes/direitoshumanos>. Acesso em: 01 de jul. de 2019.

CONCEITOS de projeto social. **Portal educação**. Disponível em: <https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/administracao/conceitos-de-projeto-social/63861>. Acesso em: 07 de jul. de 2019.

CORTELLA, Mário Sérgio. **Contribuições da educação não formal para a construção da cidadania**. São Paulo: Instituto Itaú Cultural, 2006.

DADOS do ISP mostram que mortes violentas caem no Rio; mortes em operações policiais cresceram em março. **G1.com**, 18 de abril de 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/04/18/dados-do-isp-mostram-que-mortes-violentas-caem-no-rj-mortes-em-operacoes-policiais-cresceram-em-marco.ghtml>. Acesso em: 01 de jul. de 2019.

DANTAS, Daniele Cristina. **Indicadores e a análise da oferta cultural na Cidade do Rio de Janeiro**. Cadernos do Desenvolvimento Fluminense, edição n. 11, 2016.

DECLARAÇÃO universal e a constituição de 1988. **Dedihc**. Disponível em: <http://www.dedihc.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=60>. Acesso em: 26 de jun. de 2019.

DECLARAÇÃO universal sobre a diversidade cultural. **Unesco**. Disponível em: http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/CLT/diversity/pdf/declaration_cultural_diversity_pt.pdf. Acesso em: 1 de jul. de 2019.

DESEMPENHO de alunos do Rio piorou em avaliação nacional de educação básica. **G1.com**, 31 de Agosto de 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2018/08/31/desempenho-de-alunos-do-rj-piorou-em-avaliacao-nacional-de-educacao-basica.ghtml>. Acesso em: 01 de jul. de 2019.

EDUCAÇÃO em números. **Prefeitura do Rio**. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/web/sme/educacao-em-numeros>. Acesso em: 01 de jul. de 2019.

ESTRELA, Albano. **Educare.pt**, 29 de outubro de 2012. Disponível em: <https://www.educare.pt/testemunhos/artigo/ver/?id=12676&langid=1>. Acesso em: 26 de jun. de 2019.

EUCLIDES, Hélio. **Maré de Notícias online**, 02 de outubro de 2017. Disponível em: <http://mareonline.com.br/mare-de-noticias/mare-de-noticias-81/>. Acesso em: 19 de out. de 2017.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1989.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 14^{ed}. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

GADOTTI, Moacir. **A Questão da educação formal/não formal**. Sion: Suisse Institut International des Droits de l'enfant-IDE, 2005.

GOHN, Maria da Glória. **Educação não formal, educador (a) social e projetos sociais de inclusão social**. Meta: Avaliação | Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 28-43, jan./abr. 2009.

GOHN, Maria da Gloria. **Educação Não Formal, Aprendizagens e Saberes em Processos Participativos**. Revista Investigar em Educação- IIº Série, numero 1, 2014.

HÁBITOS culturais dos cariocas. **Data folha**, outubro de 2013. Disponível em <http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4478506/4113215/HabitosCulturaisCarioca.pdf>: Acesso em: 11 de Dez. de 2019.

HISTÓRIA da Maré do século XVI ao século XXI. **Museu da Maré**. Disponível em: http://www.museudamare.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=105&Itemid=127. Acesso em: 06 de jul. de 2019.

HORTA, Nicole Marinho. ROCHA, Felipe Santiago Flores. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação** – v. 13, n. esp. CBBD, 2017.

INSTITUTO de segurança pública do Rio de Janeiro. **Isp.rj.gov**. Disponível em: <http://www.isp.rj.gov.br/>. Acesso em: 01 de jul. de 2019.

IVENICKI, Ana; CANEN, Alberto. **Metodologia da pesquisa: rompendo fronteiras curriculares**. Rio de Janeiro: Editora Ciência Moderna, 2016.

LEI de Diretrizes e Bases. **JusBrasil**. Disponível em: <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/109224/lei-de-diretrizes-e-bases-lei-9394-96>. Acesso em: 26 de jun. de 2019.

LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e Pedagogos, para que?** 4º ed. São Paulo, Cortez, 2001.

MACHADO, Elisa Campos. **Bibliotecas comunitárias como prática social no Brasil**. 2008. 184 f Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

MATTA, Roberto da. **Você tem cultura?** Jornal da Embratel, Rio de Janeiro, 1981.

MEIRELES, Ricardo. LEIVA, João. Cultura nas Capitais: como 33 milhões de brasileiros consomem diversão e arte. **17street produção editorial**, 2018. Disponível em: https://static.poder360.com.br/2018/07/10810_Livro_Web.pdf. Acesso em: 13 de dez. de 2019.

MICHAELIS. Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa. **Michaelis on-line**. Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=educa%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 07 de set. de 19.

MORGANTI, Maria. **Maré de Notícias online**, maio de 2018. Disponível em: http://mareonline.com.br/wp-content/uploads/2019/09/MareDeNoticias_88.pdf. Acesso em: 19 de maio de 2018.

NAÇÕES UNIDAS. **NaçõesUnidas.org**. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/>. Acesso em: 26 de jun. de 2019.

NAÇÕES UNIDAS (UNESCO). **NaçõesUnidas.org/Unesco**. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/agencia/unesco/>. Acesso em: 26 de jun. de 2019.

ONU, Assembleia Geral da. "**Declaração Universal dos Direitos Humanos**". 217 (III) A. Paris, 1948.

PESQUISA retratos da leitura no Brasil. **Pró-livro**, 2016. Disponível em: <http://prolivro.org.br/home/ipl-na-midia/releases-2016>. Acesso em: 23 de out. de 2019.

PLANO nacional de educação em Direitos Humanos. **Mec**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=2191-plano-nacional-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 26 de jun. de 2019.

POLÍTICAS culturais no Brasil. **Repositório UFBA**. Disponível em: <http://www.repositorio.ufba.br:8080/ri/bitstream/ufba/138/4/Políticas%20culturais%20no%20Brasil.pdf>. Acesso em: 01 de jul. de 2019.

PROGRAMA nacional de Direitos Humanos: efetivar direitos e combater as desigualdades. **Terra de Direitos**. Disponível em: https://terradedireitos.org.br/wp-content/uploads/2010/05/Artigo-PNDH-Programa-Nacional-de-DH_-efetivar-direitos-e-combater-as-desigualdades.pdf. Acesso em: 26 de jun. de 2019.

PROJETO Redes da Maré. **Redes da Maré**. Disponível em: <https://redesdamare.org.br>. Acesso em: 07 de jul. de 2019.

PROVA Brasil 2017. **QEdu**. Disponível em: <https://www.qedu.org.br/estado/119-rio-de-janeiro/aprendizado>. Acesso em: 01 de jul. de 2019.

RODRIGUES, Maria Fernanda. 44% da população brasileira não lê e 30% nunca comprou um livro aponta pesquisa retratos da-leitura. **Estadão**, 12 de jul. de 2018. Disponível em: <https://cultura.estadao.com.br/blogs/babel/44-da-populacao-brasileira-nao-le-e-30-nunca-comprou-um-livro-aponta-pesquisa-retratos-da-leitura/>. Acesso em: 14 de set. de 2018.

SANTOS, Thaynara. PIRES, Jéssica. A Maré em dados. **Maré online**, outubro de 2019. Disponível em: <http://mareonline.com.br/wp-content/uploads/2019/10/Mar%C3%A9-de-Not%C3%ADcias-105-outubro.pdf>. Acesso em: 09 de dez. de 2019.

SECRETARIA especial da cultura. **Cultura.gov**. Disponível em: <http://cultura.gov.br/>. Acesso em: 01 de jul. de 2019.

SECRETARIA de cultura e economia criativa do Rio de Janeiro. **Cultura.rj.gov**. Disponível em: <http://cultura.rj.gov.br/>. Acesso em: 01 de jul. de 2019.

SOBOTA, Guilherme. Primeiro marco legal sobre formação de leitores no Brasil lei Castilho é sancionada. **Estadão**, 13 de julho de 2018. Disponível em: <https://cultura.estadao.com.br/noticias/literatura,primeiro-marco-legal-sobre-formacao-de-leitores-no-brasil-lei-castilho-e-sancionada,70002401350>. Acesso em: 03 de dez. de 2019.

SOUZA, Isabela. A evolução dos Direitos Humanos no Brasil. **Politize**, 5 de maio de 2017. Disponível em: <https://www.politize.com.br/direitos-humanos-no-brasil/>. Acesso em: 26 de jun. de 2019.

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO COM OS USUÁRIOS DA BIBLIOTECA

1. Qual seu sexo?
(A) Masculino
(B) Feminino

2. Qual sua idade?
(A) 6 a 10 anos
(B) 11 a 16 anos
(C) 17 a 22 anos
(D) 23 a 29 anos
(E) 30 ou mais

3. Qual é o seu nível de escolaridade? (Marque apenas uma resposta)
(A) Ensino Fundamental (antigo primário)
(B) Ensino Médio (antigo 2º grau)
(C) Ensino Superior
(D) Pós-graduação

4. Qual é o nível de escolaridade do seu pai? (Marque apenas uma resposta)
(A) Ensino Fundamental (antigo primário)
(B) Ensino Médio (antigo 2º grau)
(C) Ensino Superior
(D) Pós-graduação
(F) Não estudou
(G) Não sei

5. Qual é o nível de escolaridade da sua mãe? (Marque apenas uma resposta)
(A) Ensino Fundamental (antigo primário)
(B) Ensino Médio (antigo 2º grau)
(C) Ensino Superior
(D) Pós-graduação
(F) Não estudou
(G) Não sei

6. Você trabalha ou já trabalhou? (Marque apenas uma resposta)
(A) Sim
(B) Não

7. Em que você trabalha atualmente? (Marque apenas uma resposta)

- (A) Na agricultura, no campo, na fazenda ou na pesca.
- (B) Na indústria.
- (C) Na construção civil.
- (D) No comércio, banco, transporte, hotelaria ou outros serviços.
- (E) Como funcionário(a) do governo federal, estadual ou municipal.
- (F) Como profissional liberal, professora ou técnica de nível superior.
- (G) Trabalho fora de casa em atividades informais (pintor, eletricista, encanador, feirante, ambulante, guardador/a de carros, catador/a de lixo).
- (H) Trabalho em minha casa informalmente (costura, aulas particulares, cozinha, artesanato, carpintaria etc.).
- (I) Faço trabalho doméstico em casa de outras pessoas (cozinheiro/a, mordomo/governanta, jardineiro, babá, lavadeira, faxineiro/a, acompanhante de idosos/as etc.).
- (J) No lar (sem remuneração).
- (K) Outro.
- (L) Não trabalho.

8. Você reside próximo a biblioteca?

- (1) Sim
- (2) Não

9. você costuma frequentar quantas vezes por semana a biblioteca? (Marque apenas uma resposta)

- (1) Uma vez por semana
- (2) Três vezes ou mais por semana

10. Como você se beneficia da biblioteca? (Marque apenas uma resposta)

- (1) Para melhorar os estudos e adquirir mais conhecimento e cultura
- (2) Apenas por lazer

11. você é sócio da biblioteca? (Marque apenas uma resposta)

- (1) Sim
- (2) Não

12. Como conheceu a biblioteca? (Marque apenas uma resposta)

- (1) Por mídias sociais (jornais, TV, internet)
- (2) Por indicação de um amigo
- (3) Pesquisando

13. Se você pudesse mudar algo nesta biblioteca, o que seria?

14. Quais projetos/atividades oferecidas pela biblioteca você participa? Porque?

15. Qual a importância dessa biblioteca para sua vida?